

RedePrev

RELATÓRIO
ANUAL
2014

PARTE 1: ABERTURA

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, em cumprimento às disposições estatutárias, apresenta o Relatório Anual relativo às atividades desenvolvidas no exercício de 2014, acompanhado do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis e financeiras, bem como dos pareceres do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Atuário e Auditores Independentes.

Na oportunidade, e, em nome de toda a equipe da RedePrev, externamos os nossos agradecimentos a todos pela confiança depositada nesta administração, em especial ao apoio dos Patrocinadores e dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação, além dos membros do Comitê Consultivo, que contribuíram de forma decisiva na tarefa de fazer da RedePrev uma instituição cada vez mais saudável e em condições de cumprir sua missão.

2. MENSAGEM DA DIRETORIA

Para que possamos analisar a *performance* dos investimentos da RedePrev em 2014, é preciso lembrar primeiro o que ocorreu no exercício de 2013.

2013

A melhor palavra para definir o que ocorreu no Brasil nesse ano, chama-se “**crise**”.

Motivos:

- Alta na taxa Selic;
- Inflação se manteve em patamares elevados, mesmo com represamento de reajustes em determinados setores;
- Desempenho fraco do PIB.

Esses fatores acima citados são alguns exemplos do que gerou desconfiança dos investidores estrangeiros em relação ao Brasil. O discurso governamental não se traduziu em medidas efetivas para o controle de gastos públicos, a reforma ministerial não visou eficiência e sim apenas acomodações políticas visando às eleições presidenciais de 2014.

A RedePrev fechou o exercício com 17,74% dos seus recursos garantidores investidos em renda variável.

O Ibovespa amargou uma rentabilidade negativa de 15,50%, com oito meses do ano rodando no vermelho.

2014

Em 2014 o cenário doméstico não foi tão diferente: inflação no teto da meta e baixo crescimento; pleno emprego e indústria demitindo; e isso para ficar apenas no Brasil, sem nos aprofundarmos nos acontecimentos globais que afetaram o fluxo de investimentos, como a expectativa de subida da taxa de juro americana, o caso Rússia/Criméia, o preço do petróleo despencando, os ajustes no crescimento da China e a dinâmica ruim de crescimento europeu.

Os movimentos atípicos da curva de juros e a volatilidade do mercado acionário no Brasil foram apenas um reflexo do acima descrito.

Para ilustrar a análise em 30/12/2013 o Ibovespa fechou a 51.507 pontos, e ao final do ano de 2014 o mesmo índice estava em 50.007 pontos fechando em (2,91%), porém em 02/09/14 atingiu 61.895 (+20,17%). Uma gangorra entremeada com outros miniciclos de altas e baixas entre essas datas (Alta volatilidade). Enquanto isso outros índices do mercado de renda fixa rodaram no período a 10,81% (CDI).

No mês de janeiro de 2014 a bolsa de valores teve forte recuo, os títulos públicos marcados a mercado se desvalorizaram, o indexador IPCA foi aquém das expectativas de marcação dos ativos indexados ao IPCA. O somatório desses fatos gerou uma *performance* negativa nos planos da RedePrev.

O começo de 2014 foi difícil, a partir de fevereiro, o mercado de renda fixa mostrou uma recuperação com a queda das taxas de juros de longo prazo. Quando a taxa de retorno do título cai, o valor do papel, que se move em direção contrária, sobe. Mesmo assim, apesar da rentabilidade negativa ocorrida em janeiro, em decorrência da volatilidade dos títulos públicos e uma bolsa negativa em 7,51% e ainda, devido uma inflação medida pelo INPC/IBGE acumulado nos 6 primeiros meses do ano, na ordem de 3,79%, o primeiro semestre de 2014 fechou positivo, apesar dos planos não conseguirem alcançar a meta atuarial de 6,60% (INPC + 5,5% ao ano) no mesmo período.

A recuperação do valor dos títulos ainda não foi suficiente para equilibrar as perdas, porém, melhorou a situação, ou seja, deu um fôlego para a RedePrev quando olhamos para o horizonte de longo prazo.

A RedePrev, fez algumas mudanças importantes na estratégia de alocação dos seus investimentos no ano de 2014, para neutralizar a volatilidade. Alterou a forma de gestão dos investimentos em Renda Fixa e Renda Variável, passando do processo de segregação virtual (UNIFUNDO) para segregação Real (MULTIFUNDO) que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão mais investidos de forma coletiva. Outra mudança foi à implantação do estudo de ALM – *Asset Liability Management* (Gerenciamento de Ativo e Passivo), realizado pela RiskOffice. Face o resultado do estudo, a fundação vendeu os títulos marcados a mercado (NTN-B e NTN-C) e comprou NTN-B's com diversas datas de vencimento e com marcação na curva, quando a taxa bateu em média 6%, a fundação aproveitou para comprar esses papéis, melhorando o retorno, tirando a volatilidade e alongando a sua carteira de títulos públicos. Além disso, reduzimos no segundo semestre de 2014, nossa exposição em bolsa fechando o ano de 2014 com apenas 7,58% dos nossos recursos garantidores em renda variável. Mesmo assim, o índice negativo de 2,90% no período, produziu reflexos na rentabilidade dos planos de benefícios.

Agora, além de esses títulos serem carregados até o vencimento, a RedePrev promoveu o alongamento da carteira, com a troca dos papéis de vencimentos em 2014 e 2015 por outros de 2030, 2040 e 2050. E é o conjunto destas estratégias em toda a carteira de investimento que nos trouxe um resultado muito melhor que o de 2013. Praticamente triplicamos a rentabilidade em 2014 em comparação a 2013.

A rentabilidade patrimonial média consolidada em 2014, dos seis planos de benefícios previdenciários administrados pela REDEPREV, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 9,38%. A referida taxa, descontada a meta atuarial no mesmo período de 12,07% (INPC + 5,5% a.a.), resultou em uma taxa de rentabilidade real líquida de -2,69%, abaixo da referida meta, fechando o ano com 86,77% do CDI “benchmark” adotado pela Fundação.

Começamos 2015 com o desafio de ultrapassar a *performance* alcançada nos investimentos em 2014. Fechamos o ano de 2014 com um aumento em nosso patrimônio apesar da transferência em junho/14 dos Planos Celpa BD-I e Celpa BD-II para a Fascemar. Em 2014, a rentabilidade acumulada do Plano Celpa-OP foi de 10,60%, a do Plano Cemat-OP foi de 9,34% e a do Plano Elétricas-OP foi de 9,61% ante a meta de 12,07%, e um CDI de 10,81%.

Tais números foram superiores à rentabilidade mediana das outras entidades fechadas de previdência complementar, que foi de 8,50%, segundo relatório da empresa Risk Office. O cenário econômico em 2014 não foi dos melhores e atingir uma *performance* razoável é motivo de comemoração, sobretudo porque sabemos que colhemos frutos de ações estratégicas de gestão de investimentos desenvolvidas nesse exercício.

3. RETROSPECTIVA 2014

O ano de 2014 foi atípico para a RedePrev, que precisou realizar a transferência dos planos da Celpa para outra Fundação devido à aquisição da referida Patrocinadora pela Equatorial Energia S/A, além de ter que atuar com ainda mais cautela na gestão dos investimentos para driblar a crise econômica do país. Acompanhe, a seguir, os principais destaques do exercício.

CONSELHEIROS DELIBERATIVOS TOMAM POSSE E DIRETORIA SOFRE MUDANÇAS

Após conclusão do processo seletivo em 12/2013, em janeiro tomaram posse os novos membros do Conselho Deliberativo, cujo mandato deve se encerrar em 05/01/2018. Já em setembro, Luciana Ribeiro Malhado foi indicada como a nova Diretora de Benefícios da Fundação, substituindo Itamar Ribeiro de Magalhães Souza e Júnior, e André Bolonha Fiuza de Mello passou a acumular duas diretorias (Presidência e Diretoria Financeira). Os mandatos de ambos também devem encerrar-se em 07/10/2016.

ALM E SEGREGAÇÃO REAL DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

Com a implantação do estudo de ALM – *Asset Liability Management* (Gerenciamento de Ativo e Passivo), realizada pela consultoria RiskOffice, a Fundação decidiu pela segregação da gestão da carteira de investimentos por Plano - antes realizada em conjunto. Assim, foi proporcionado um melhor desempenho no resultado das aplicações, tendo em vista a possibilidade da alocação dos recursos em determinados segmentos mais compatíveis com perfil e características de cada Plano.

REDUÇÃO NAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Com a retirada da Patrocinadora Celpa, o que irá gerar uma diminuição da receita das contribuições para a cobertura das despesas administrativas da RedePrev em 2015, a Fundação já promoveu em 2014, uma redução de 14,31% nas despesas administrativas.

CRIAÇÃO DO COMITÊ CONSULTIVO

O Conselho Deliberativo aprovou em setembro de 2014, a extinção do Comitê de Investimentos como órgão deliberativo e criou em seu lugar o Comitê Consultivo disciplinado em regimento próprio para cada Plano de Benefícios, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da RedePrev.

REVISÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP PARA DISTRIBUIÇÃO DE SUPERÁVIT

Para distribuição do superávit constituído no Celpa-OP, aprovada pelo Conselho Deliberativo da RedePrev em 13/02/2014, a revisão do referido Plano foi realizada sob a forma de benefício temporário, à luz dos artigos 20, III, e 24, da Resolução CGPC nº 26/2008. O valor atribuído aos participantes ativos foi creditado no fundo “F”, criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade. Já para os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Vitalícia ou Financeira, os valores individuais foram pagos em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas (em 27/02/2014, 27/03/2014, 29/04/2014 e 29/05/2014), atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA foi mantida no Plano e contabilizada em conta específica, com o objetivo de satisfazer as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO – PLANOS CELPA

• PLANO CELPA BD-I e CELPA BD-II

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 30 de setembro de 2013.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 27 de janeiro de 2014.

Através das Portarias Nº 200 e 201, de 14 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC resolveu aprovar a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios Celpa BD-I e Celpa BD-II, da REDEPREV para a FASCEMAR.

A efetiva transferência de gerenciamento dos referidos planos ocorreu em 01 de julho de 2014.

• PLANO CELPA-OP E PARTE CINDIDA DO PLANO DE RISCO

A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP (CNPB 2000.0004-11) e da parte do Plano de Risco (CNPB 2006.0066-65), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014.

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano Celpa-OP e a cisão/transferência do Plano de RISCO, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 02 de setembro 2014.

Através do Ofício 3046/CGTR/DITEC/PREVIC de 26/09/2014 – Plano Celpa-OP e Ofício 3232/CGTR/DITEC/PREVIC de 15/10/2014 – Plano-R, a PREVIC solicitou algumas exigências para dar continuidade na análise do processo de cisão e transferência dos planos. A REDEPREV protocolizou junto à PREVIC em 19/12/2014 Plano-R e em 22/12/2014 Plano Celpa-OP novos processos em atendimento as exigências apontadas.

Através do Ofício 197/CGTR/DITEC/PREVIC de 28/01/2015 – Plano Celpa-OP, e, Ofício 222/CGTR/DITEC/PREVIC de 29/01/2015 – Plano-R, a PREVIC apontou novas exigências para conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a FASCEMAR.

Em 02/04/2015, a RedePrev protocolizou novamente junto à PREVIC, os processos do Plano Celpa-OP e Plano-R, atendendo as exigências apontadas.

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO CEMAT-OP

Através da Portaria Nº 379, de 23 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União Nº 140, de 24 de julho de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou a alteração do Regulamento do Plano Cemat-OP, CNPB Nº 1998.0067-19.

A alteração consiste na inclusão dos Artigos 82 a 88, que tem como objetivo facultar a conversão da Renda Mensal Vitalícia em Renda Mensal Financeira, aos assistidos e beneficiários que entraram em gozo do benefício da Renda Mensal Vitalícia no período de 01/01/1999 a 26/11/2009, período anterior à introdução da Renda Mensal Financeira no regulamento do referido Plano.

O quadro comparativo e o texto consolidado do Regulamento do Plano Cemat-OP, com as alterações em destaque, foram disponibilizados para consulta no site da RedePrev www.redeprev.com.br.

ATENDIMENTO AO PLEITO DA AFACE PARA CONVERSÃO DE RMV EM RMF

A RedePrev atendeu ao pedido da Associação dos Aposentados da Cemat (AFACE), realizando a alteração no Regulamento do Plano Cemat-OP e implementando em novembro, para aqueles que fizeram a opção, a conversão da Renda Mensal Vitalícia (RMV) em Renda Mensal Financeira (RMF), após a campanha de esclarecimento realizada de agosto a outubro com palestra, hotsite, cartas e simulações de benefícios. 111 assistidos em Renda Vitalícia optaram pela conversão para a Renda Financeira.

MUDANÇA NA ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Para driblar a crise econômica, a Fundação optou pela venda dos títulos marcados a mercado (NTN-B e NTN-C) e compra de NTN-B's com diversas datas de vencimento e marcação na curva; reduziu a exposição em Bolsa, fechando o ano com apenas 7,58% dos recursos garantidores em Renda Variável; e alongou sua carteira, com a troca dos papéis de vencimentos em 2014 e 2015 por outros em 2030, 2040 e 2050.

ESTUDO DE ADERÊNCIA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução nº 7/2013 a Diretoria Executiva aprovou em 26/02/2015 o Estudo Técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial às características da massa de participantes e assistidos vinculados aos planos de benefícios administrados pela RedePrev, bem como, Estudo Técnico da rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas. De acordo com a Instrução Normativa nº 07, artigo 5º, parágrafo 2º, o AETQ da RedePrev aprovou as informações técnicas referentes aos investimentos para o estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, que foi desenvolvido pela consultoria Risk Office. Baseado no atestado do AETQ e nos estudos técnicos realizados pela ETAA – Atuária Magda Tsuê e pela Risk Office, a Diretoria Executiva da RedePrev aprovou os estudos técnicos de aderência às hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizados nas avaliações atuariais dos planos de benefícios Cemat BD-I, Elétricas BD-I, Celpa-OP, Cemat-OP, Elétricas-OP e Plano-R, os quais demonstraram que a carteira de cada plano de benefícios apresenta fluxo de caixa suficiente para cumprir todas as obrigações durante o período projetado para pagamento dos benefícios.

Conforme relatório de conclusão desta análise, ficou constatado que a *duration* da carteira de ativos é inferior ao prazo médio dos passivos dos Planos (conforme demonstrado no quadro abaixo), bem como, a carteira de investimentos de cada plano apresenta retorno superior à taxa de juros real de referência (5,50%) pelo prazo da *duration* do passivo.

PLANOS	DURATION DO ATIVO (EM ANOS)	DURATION DO PASSIVO (EM ANOS)
ELETRICAS BDI	8,28	9,43
ELETRICAS OP	7,85	19,89
CELPA OP	8,93	18,22
CEMAT BDI	7,35	8,52
CEMAT OP	6,67	14,91
PLANO DE RISCO	10,69	11,47

Os Estudos Técnicos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial foram aprovados pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo da RedePrev.

DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BD-I, Elétricas-OP, Cemat BD-I e Cemat-OP e Plano de Risco são de grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável nos exercícios de 2013 e de 2014.

Quanto ao Plano de Risco, a REDEPREV encaminhou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, juntamente com o processo de transferência de gestão parcial e transferência de gerenciamento do Plano de Risco o estudo atuarial para equacionamento do déficit técnico e estudo de viabilidade econômico-financeiro, tendo em vista que o resultado deficitário surgido em 2013 foi em razão da alteração da taxa real anual de juros de 5,75%a.a para 5,50%a.a e da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial.

Já para o Plano Elétricas-OP, as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições extraordinárias no decorrer de 2015, conforme Parecer Atuarial e Contrato de Amortização do Déficit Técnico.

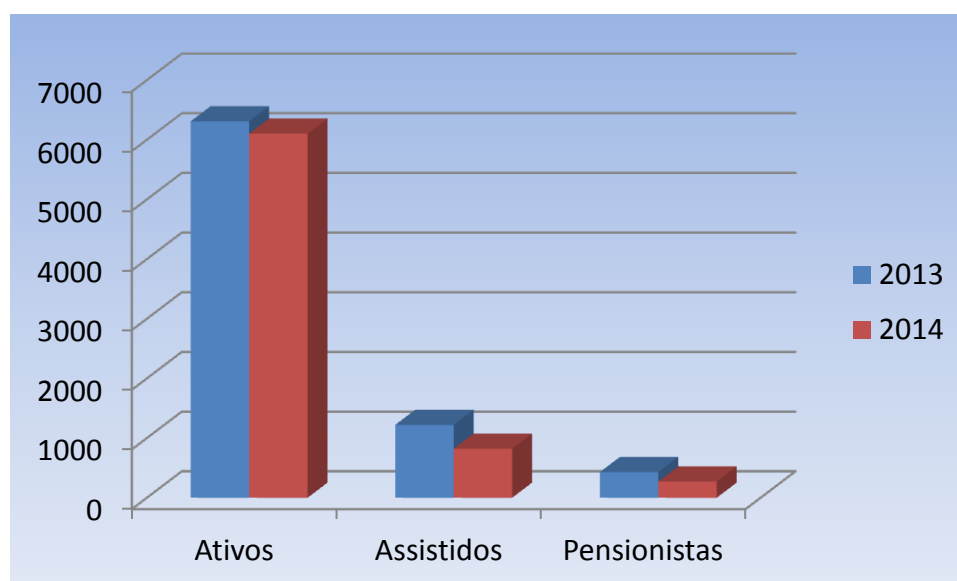
Para o Plano Cemat-OP, o Conselho Deliberativo aprovou a utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, a ser realizado em abril/2015, o que reduzirá significativamente o déficit do plano.

Em relação aos Planos Elétricas BD-I e CEMAT BD-I, a entidade no decurso do exercício de 2015, estará monitorando o valor do Déficit Técnico tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

4. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES

A RedePrev encerrou o exercício de 2014 com um total de 7.195 participantes. Desse total, 1.093 são assistidos recebendo benefícios e 6.102 ativos. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

	2.014	2.013
ATIVOS	6.102	6.310
ASSISTIDOS	1.093	1.651
Aposentados	822	1222
Pensionistas	271	429
	7.195	7.961



PARTE 2: INSTITUCIONAL

6.0 PLANOS DE BENEFÍCIOS

SITUAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2014

Plano	Ativo Total	Obrigações	Ativo Líquido	Provisão Matemática	Provisão Matemática Benefício Definido	Equilíbrio Técnico Superávit/Déficit	% Sup/Def do BD	Limite Insuf. 10% Res. CGPC nº 26/2008	Fundos Previdenciais	Resultado	Índice de Solvência
Elétricas BD-I	74.192.634	809.548	73.383.086	70.723.956	70.723.956	-3.812.733	-5,39%	-7.072.396	6.471.863	2.659.130	103,76%
Elétricas-OP	129.535.775	1.583.158	127.952.617	127.654.479	46.652.094	-6.290.297	-13,48%	-4.665.209	6.588.436	298.138	100,23%
Celipa-OP	139.471.058	1.941.611	137.529.447	126.344.598	10.444.482	1.706.524	16,34%	-1.044.448	9.478.323	11.184.849	108,85%
Cemat BD-I	45.846.566	439.306	45.407.260	46.413.753	46.413.753	-5.019.625	-10,81%	-4.641.375	4.013.132	-1.006.493	97,83%
Cemat-OP	180.305.096	1.925.323	178.379.773	173.641.388	73.019.600	-7.048.288	-9,65%	-7.301.960	11.786.674	4.738.385	102,73%
Plano-R	46.489.758	2.550.008	43.939.750	47.189.562	47.189.562	-8.367.560	-17,73%	-4.718.956	5.117.749	-3.249.812	93,11%
Total	615.840.887	9.248.954	606.591.933	591.967.736					43.456.177	14.624.197	102,47%
Plano ADM	4.816.392	4.816.392	0	0					0	0	-
Op. Comuns	-4.539.812	-4.539.812	0	0					0	0	-
Total Geral	616.117.467	9.525.534	606.591.933	591.967.736					43.456.177	14.624.197	102,47%

Após o fechamento do balancete de **Dezembro/2014**, a situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios administrados pela RedePrev é a seguinte: Quatro planos de benefícios previdenciários apresentam Índice de Solvência acima de 100%, o que significa dizer que o Ativo Líquido Previdencial desses planos é suficiente para cobrir as Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios à Conceder, e, dois planos de benefícios apresentam índice de solvência abaixo de 100%. No consolidado, para R\$ 591,9 milhões em compromissos (Provisão Matemática /Exigível Atuarial), temos R\$ 606,5 milhões de Patrimônio Líquido, gerando um excedente patrimonial de R\$ 14,6 milhões - Índice de Solvência consolidado de 102,47%.

6.1 - PLANO CELPA BD-I

Instituído em 30/07/1982 e estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO, o Plano de Benefícios CELPA BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/01/1998, quando foi instituído um novo plano de benefícios denominado Plano de Benefícios CELPA BD-II.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Celipa BD-I	06/2014*	2013
Total	297	298
Participante	0	0
Ativo	0	0
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	255	257
Pensionista	42	41

(*) O gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA BD-I foi transferido para a FASCEMAR, em 01/07/2014.

6.2 PLANO CELPA BD-II

Instituído em 01/01/1998 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios CELPA BD-II está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/04/2000, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios III e Plano Optativo.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Celipa BD-II	06/2014*	2013
Total	313	314
Participante	10	10
Ativo	10	10

Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	168	169
Pensionista	135	135

(*) O gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA BD-II foi transferido para a FASCEMAR, em 01/07/2014.

6.3 PLANO CELPA-OP

Instituído em 01/04/2000, o Plano de Benefícios CELPA-OP é um plano é contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da REDEPREV.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemat OP	2014	2013
Total	2.222	2.281
Participante	1.875	1.954
Ativo	1.853	1.938
Autopatrocinado	10	9
BPD	8	6
Aguardando Benefício /Prazo Opção	4	1
Aposentado	298	285
Pensionista	49	42

6.4 PLANO CEMAT BD-I

Instituído em 01/01/1994 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios CEMAT BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e Plano Optativo.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemat BD-I	2014	2013
Total	142	144
Participante	3	3
Ativo	3	3
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	89	91
Pensionista	50	50

6.5 PLANO CEMAT-OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios CEMAT-OP é um plano é contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da REDEPREV.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemat OP	2014	2013
Total	2.222	2.281
Participante	1.875	1.954
Ativo	1.853	1.938
Autopatrocinado	10	9
BPD	8	6
Aguardando Benefício /Prazo Opção	4	1
Aposentado	298	285
Pensionista	49	42

6.6 PLANO ELÉTRICAS BD-I

Instituído em 01/08/1986 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS BD-I encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e o Plano Optativo.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Elétricas BD-I	2014	2013
Total	356	362
Participante	14	20
Ativo	12	16
Autopatrocinado	2	3
BPD	0	1
Aguardando Benefício/Prazo Opção	0	0
Aposentado	221	227
Pensionista	121	115

6.7 PLANO ELÉTRICAS-OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS-OP é um plano é contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da REDEPREV.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Elétricas OP	2014	2013
Total	2.605	2.617
Participante	2.539	2.559
Ativo	2.508	2.532
Autopatrocinado	5	10
BPD	18	15
Aguardando Benefício/Prazo Opção	8	2
Aposentado	65	57
Pensionista	1	1

6.8 PLANO-R

O Plano de Benefícios R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocinados.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano-R	2014	2013
Total	6.207	6.348
Ativo	6.085	6.232
Aposentado	73	72
Pensionista	49	44

6.9 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) possui regulamento próprio, em conformidade com a legislação pertinente. A REDEPREV adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios previdenciais, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como à remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo, não serão individualizados por plano de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

A REDEPREV registra nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios, a parcela equivalente à sua participação no fundo administrativo registrado no PGA. O critério de participação do fundo administrativo, será proporcional ao número de participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios.

CUSTO DA GESTÃO

Com base em relatórios e na documentação suporte, apuramos os custos de investimentos com a gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios e os custos administrativos do exercício de 2013, os quais apresentamos no quadro abaixo e estão de acordo com os níveis praticados pelo mercado.

Item I	Valores em R\$ Mil			
Despesas com as carteiras de investimentos				
Discriminação	2014	%	2013	%
Custódia	301	6,92	117	2,72
Taxa de Administração	3.550	81,63	3.877	89,91
Cetip / Selic / CBLC	150	3,45	31	0,71
Análise dos Investimentos	64	1,47	84	1,94
Sistemas de Controle	183	4,21	127	2,95
Análise de Riscos	78	1,79	61	1,41
Auditoria de Gestão	23	0,53	15	0,35
Despesas com Investimentos	4.349	100,00	4.312	100,00

Item II				Valores em R\$ Mil
Despesa com pessoal, discriminadas entre despesa com Diretoria, Conselhos, Pessoal próprio e Terceirizados.				
Discriminação	2014	%	2013	%
Despesas com Pessoal	2.071	61,2	2.360	63,00
1. Pessoal Próprio	1.242	36,7	1.402	37,40
2. Diretoria	829	24,5	958	25,60
3. Conselhos	0,0	0,0	0	0,00
4. Terceirizados	0,0	0,0	0	0,00
Despesa Administrativa Total	3.383	100,0	3.745	100,00

Item III
Critérios e indicadores utilizados para o pagamento de remuneração variável de cada cargo, quando houver, considerando participação nos resultados, bônus, e outras formas de remuneração por resultados.
O critério de Bonificação utilizado pela Fundação é realizado anualmente através de um processo de Avaliação de Desempenho individual, previsto no Plano de Cargos e Salários. A avaliação leva em consideração habilidades e competências individuais, tais como: Trabalho em equipe/interpessoal; Comunicação; Organização; Conhecimento técnico/funcional/normativo; Foco no cliente; Iniciativa; Capacidade de entrega; Automotivação; Ética e confidencialidade; Liderança; Capacidade de decisão; Perspicácia do negócio; e, Estratégia e visão do futuro. O valor da bonificação é pago em parcela única no mês de Junho, conforme previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

Item IV			Valores em R\$ Mil	
Despesas com prestadores de serviços de atuária, auditoria externa, assessoria jurídica e outras consultorias.				
Discriminação	2014	%	2013	%
Despesas com Prestadores de Serviços	650	19,2	667	17,8%
1. Sistemas de Informática	235	6,9	245	6,6%
2. Consultoria Jurídica	153	4,5	185	4,9%
3. Consultoria Atuarial	123	3,6	117	3,1%
4. Serviços de Limpeza	49	1,4	45	1,2%
5. Publicidade e Propaganda	31	0,9	29	0,8%
6. Gestão/Planejamento Estratégico	27	0,8	26	0,7%
7. Auditoria Contábil	31	0,9	20	0,5%
8. Serviços de Segurança	1	0,0	1	0,0%
Despesa Administrativa Total	3.383	100,0	3.745	100,0%

**Despesas divulgadas em atendimento ao parágrafo único do Art. 17 da Resolução CGPC nº 13/2004 e Resolução CGPC nº 23/2006 e Instrução Previc Nº 13 de 12 de novembro de 2014.*

PARTE 3: INVESTIMENTOS

7.0 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A REDEPREV faz gestão própria de parte dos ativos e possui ainda gestores para a parcela da carteira terceirizada, ou seja, Fundos de Investimentos. Estes gestores são avaliados semestralmente, através de análises desenvolvidas por consultores contratados pela REDEPREV.

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela RedePrev na gestão dos recursos de cada plano de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

7.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é um conjunto de normas e diretrizes voltadas à orientação e direcionamento da gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões destinadas aos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, elaborada, no mínimo, anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Embora esta Política tenha uma perspectiva de longo prazo, ela deverá ser revisada, no mínimo, anualmente objetivando incorporar as mudanças conjunturais da economia, bem como as mudanças qualitativas dos passivos atuariais, cujos reflexos influenciam diretamente nas estratégias e objetivos da gestão dos ativos de investimentos, neste caso, garantidores dos planos de benefícios administrados pela REDEPREV.

Assim, a vigência desta proposta de Política de Investimentos, compreende o período entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019, sendo que deverá ser revista anualmente, e, se for o caso, adequada até o final de cada exercício.

Este documento além de atender a Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013, que altera alguns pontos da Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, além da própria Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, visa, sobretudo, definir as estratégias da REDEPREV quanto à gestão dos recursos garantidores dos planos por ela administrados, dando-lhes ciência dos objetivos almejados e das ações a serem desempenhadas para alcançá-los, refletindo a seriedade e transparência na gestão dos recursos patrimoniais dos planos de benefícios.

A Política de Investimentos ora proposta descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela REDEPREV na gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de um processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

A aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos de Benefícios da REDEPREV tem como meta uma melhor combinação entre risco e retorno dos seus investimentos e, uma melhor estrutura patrimonial, visando atender as exigências legais e atuariais.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1º de janeiro de 2015, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792/2009 – “Da Política de Investimento” e todos os itens previstos na nova Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 04 de dezembro de 2003.

Abaixo apresentamos um quadro resumo da Política de Investimento, aprovada para o exercício de 2015 pelo Conselho Deliberativo, na 23ª Reunião Ordinária realizada em 01/12/2014.

Quadro Resumo da Política de Investimento dos Planos de Benefícios administrados pela RedePrev para 2014 – Res. 3.792/2009 e Res. 4.275/2013.

Alocação dos Recursos	PLANOS BD's		PLANOS OP's	
	Margem de Alocação		Margem de Alocação	
	Mínima (%)	Máxima (%)	Mínima (%)	Máxima (%)
1 - Renda Fixa	0	100	0	100
2 - Renda Variável	0	20	0	40

3 - Investimentos Estruturados	0	5	0	10
4 - Investimentos no Exterior	0	5	0	5
5 - Imóveis	0	8	0	8
6 - Empréstimo e Financiamentos	0	15	0	15

	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES
--	--

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar: REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
2. Exercício: 2015
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia: 23ª Reunião Extraordinária, dia 01/12/2014.
4. Plano de Benefício : Celpa-OP; Cemat- BDI; Cemat- OP; Elétricas- BDI; Elétricas- OP; Plano de Benefícios "R" e PGA.
5. Meta Atuarial dos Planos de Benefícios Celpa, Cemat e Elétricas: Indexador – INPC - Taxa de Juros - 5,5% a.a - Plano de Risco, Taxa de juros 5,5% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: ANDRÉ BOLONHA FIUZA DE MELLO
6.1. Renda Fixa:
6.2. Renda Variável:
6.3. Investimentos Estruturados:
6.4. Investimentos no Exterior:
6.5. Imóveis:
6.6. Empréstimos e Financiamentos:
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes : (X) Meio Eletrônico () Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009:			
Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação		9. Diversificação
	Lim.Inf(%)	Lim.Sup(%)	
X.1 Renda Fixa	0,00	100,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.1.1 Carteira RF			
X.2 Renda Variável			
X.2.1 Carteira RV	0,00	40,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.3 Investimentos Estruturados			
X.3.1 Carteira Invest. Estruturados	0,00	10,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.4 Investimentos no Exterior			
X.4.1 Carteira Invest. Exterior	0,00	5,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5 Imóveis			
X.5.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6 Empréstimos e Financiamentos			
X.6.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.

10. Objetivos da gestão

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela RedePrev na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

Bragança Paulista-SP, 01 de dezembro de 2014.

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Financeiro

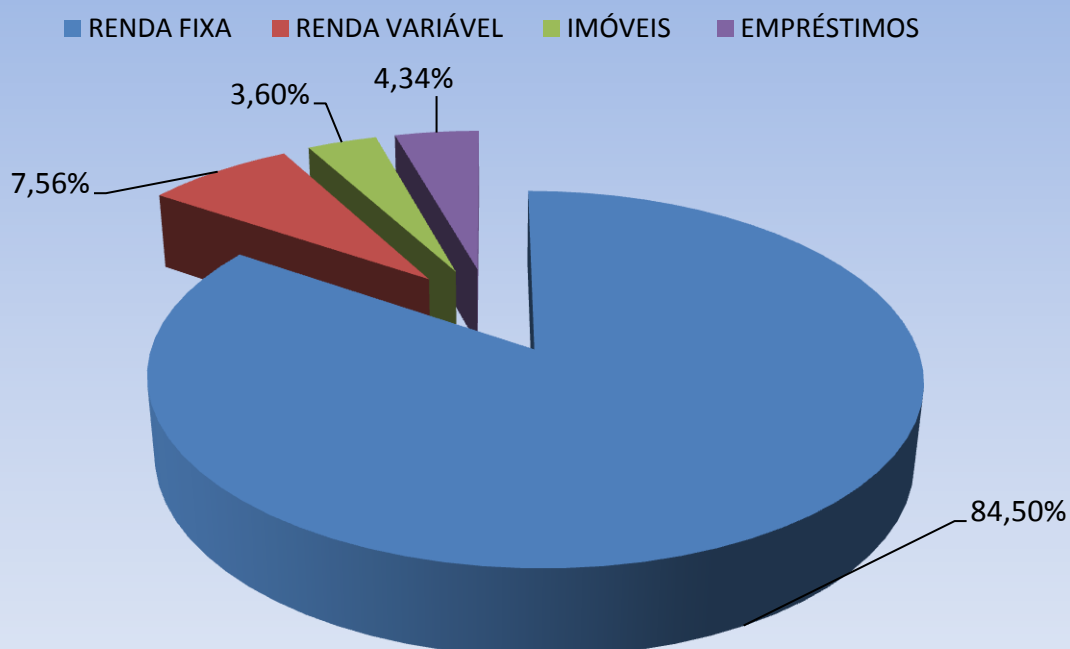
8. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

8.1 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES EM 31/12/2014

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	INDICE	TOTAIS	
		%	R\$
RENTA FIXA		84,50	515.029.015,05
CDB - POS FIXADO		2,67	16.289.822,34
BICBANCO		0,27	1.653.301,89
PARANA		0,27	1.651.853,47
SOFISA	IPCA	2,13	12.984.666,98
DPGE		19,94	121.538.989,85
DPGE - BCU (NBCB)	CDI	1,20	7.334.414,55
DPGE - BMGBM	CDI	2,75	16.775.226,85
DPGE - TRICURY	CDI	2,26	13.760.236,78
DPGE - DACASA	CDI	-	-
DPGE - OMNI	CDI	-	-
DPGE - PRIMUS	CDI	-	-
DPGE - BONSUCESSO	CDI	1,92	11.686.321,87
DPGE - MERC BR	IPCA	3,54	21.567.545,46
DPGE - STVT	CDI	1,78	10.871.454,75
DPGE - MODAL	IPCA	1,56	9.508.704,25
DPGE - SOFISA	CDI	2,49	15.175.490,86
DPGE - CARUANA	CDI	2,10	12.806.650,23
DPGE - SCHAHIN	IPCA	-	-
DPGE - ARBI	CDI	0,34	2.052.944,25
LETRA FINANCEIRA		6,81	41.496.881,20
LETRA FINANCEIRA - ABC	CDI/IPCA	1,81	11.037.789,23
LETRA FINANCEIRA - BNP	CDI	1,35	8.199.053,71
LETRA FINANCEIRA - BRADESCO	CDI	1,34	8.186.061,43
LFS - LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA - ITAÚ	IPCA	0,88	5.384.572,88
LETRA FINANCEIRA - SAFRA	IPCA	1,43	8.689.403,95
DEBÊNTURES SIMPLES		5,76	35.095.311,66
BRADESPAR	CDI	1,40	8.537.050,25
CEMIG DIST	IGPM/IPCA	1,45	8.808.035,80
DUKE ENERGY	IPCA	1,65	10.043.764,76
TAEF	IPCA	1,26	7.706.460,85
TÍTULOS PÚBLICOS		28,29	172.451.837,25
NTN-B	IPCA	28,29	172.451.837,25
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENTA FIXA		20,67	125.984.008,47
FUNDOS RENTA FIXA ÍNDICES		0,54	3.315.202,72
XP INFLAÇÃO FI RF LP		0,54	3.315.202,72
FUNDOS REFERENCIADOS DI		5,98	36.443.851,53
BRADESCO FIF PREMIUM DI		5,98	36.443.851,53
FUNDOS DE RENTA FIXA CRÉDITO PRIVADO		3,35	20.395.007,38
BNP ESMERALDA FIC RF		1,43	8.705.724,59
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II		0,75	4.594.370,98
BRADESCO INST FI CP		0,51	3.089.551,54
VINCI FIRF IMOB CP LP		0,66	4.005.360,27
FUNDOS MULTIMERCADO		10,80	65.829.946,84
ACTIVE FIX IB MM FI		5,00	30.473.722,55
ITAÚ INS MM JR MOEDA		2,76	16.798.004,92
BRADESCO FIM PLUS I		1,89	11.495.657,95
PLURAL CAPITAL FIC MM		1,16	7.062.561,42
FIDC		0,36	2.172.164,28

FIDC CEEE IV-D		0,09	566.367,98
FIDC FORNEC PETR BR2		0,26	1.605.796,30
RENTA VARIÁVEL		7,56	46.074.232,11
AÇÕES		0,38	2.320.689,96
REDE1 REDE ENERGIA ON		-	-
REDE3 REDE ENERGIA ON		0,38	2.320.689,96
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENTA VARIÁVEL		7,18	43.753.542,15
BNY MELLON ARX FI AÇÕES		-	-
BNY MELLON INCOME FIA		3,24	19.720.713,91
BRADESCO FIA DIVIDENDOS		0,72	4.401.217,96
BRZ VALOR FIC FIA		-	-
BTG ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIA		0,74	4.518.969,35
FRANKLIN TEMPLETON IBX FIA		0,55	3.362.573,49
FRANKLIN TEMPLETON VALOR E LIQUIDEZ FIA		-	-
GAP AÇÕES FIA		-	-
GAVEA AÇÕES FIC FIA		0,37	2.282.510,91
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS		0,33	1.985.663,80
KONDOR EQ INS FIA		-	-
UBS PACTUAL DIVIDENDOS FIA		0,48	2.933.631,07
VINCI GAS VALOR DIVIDENDOS		0,75	4.548.261,66
IMÓVEIS		3,60	21.919.851,74
EMPRÉSTIMOS		4,34	26.528.021,10
TOTAL GERAL			609.551.120,00

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES EM 31/12/2014



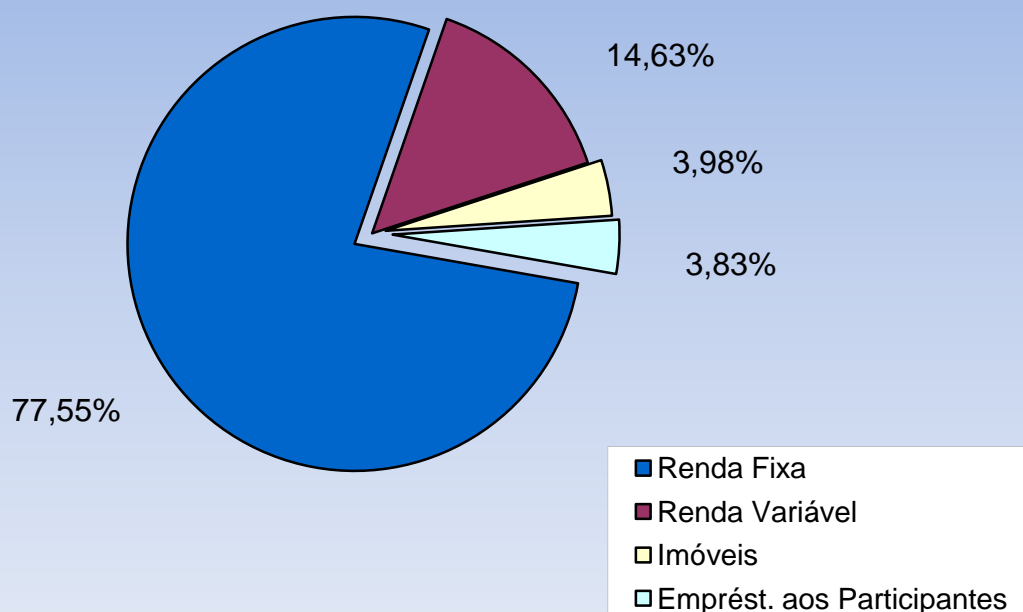
8.2 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 1º SEMESTRE/2014

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional-CMN, a Diretoria Executiva da REDEPREV apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da REDEPREV, relativo ao 1º SEMESTRE / 2014.

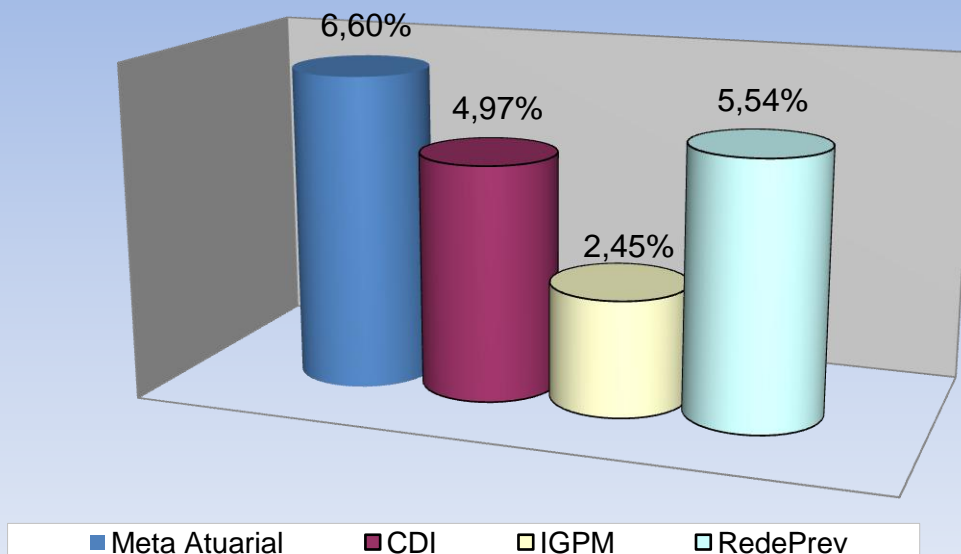
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PORCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR.					LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLITICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA.			RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL					
Segmentos	Investimentos 2º Semestre/2013 Posição em 31/12/2013		Investimentos 1º Semestre/2014 Posição em 30/06/2014		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polít. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	75,14%	612.689.715,02	77,55%	612.217.256,36	100,00%	Até 100%	77,49%	6,23%	CDI	4,97%	6,60%	125,35%	94,39%
Renda Variável	17,74%	144.634.378,02	14,63%	115.507.565,98	70,00%	Até 40%	14,67%	4,56%	IBOVESPA Fechto	3,22%	6,60%	141,61%	69,09%
Imóveis	3,48%	28.398.424,57	3,98%	31.454.323,78	8,00%	Até 8%	3,99%	12,12%	Meta Atuarial	6,60%	6,60%	183,64%	183,64%
Emprést. aos Participantes	3,64%	29.681.086,15	3,83%	30.267.876,91	15,00%	Até 15%	3,84%	8,31%	Meta Atuarial	6,60%	6,60%	125,91%	125,91%
TOTAL	100,00%	815.403.603,76	100,00%	789.447.023,03				5,54%			6,60%		83,94%

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 1º SEMESTRE/2014				VALORES EM RISCO (VaR) P/ OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL			CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 2º SEMESTRE/2013		
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão	Segmentos	VaR - 2º Semestre/2013		Instituição	Serviço	Valor - R\$
Segmento Renda Fixa	612.217.256,36	77,55%			%	Valor - R\$	Banco Itaú	Custódia	58.853,46
Títulos Públicos - NTN	211.641.073,08	26,88%	Própria	R. Fixa - RF	0,32%	1.511.928,25	Banco Itaú	Cetip/Selic/CbIc	16.537,38
CDB	19.996.334,68	2,54%	Própria	R.Variável - RV	5,67%	5.549.934,65	PPS/ALM	Análise de investimentos	38.560,30
Debêntures	46.780.602,62	5,94%	Própria	Consolidado	1,13%	6.380.145,49	Risk Office	Risco de Mercado	37.705,66
Fundos de Investimentos	121.255.895,32	15,14%	Terceirizada				Auditoria	Auditoria de Gestão	-
DPGE/LFS	212.543.350,66	26,99%	Própria	Planos Benef.	Rentabilidade - 1º Semestre/14		Sist.controle Invest.	Licença de uso	64.504,30
Segmento Renda Variável	115.507.565,98	14,63%		Celpe OP	6,29%		Taxa de Adm. Fundos	Diversos Bancos	1.694.543,30
Fundos de Investimento/Ações	115.507.565,98	14,63%	Terceirizada	Cemat OP	5,46%		TOTAL		1.910.704,40
Segmentos Imóveis	31.454.323,78	3,98%		Elétricas OP	4,96%				
Imóveis	31.454.323,78	3,98%	Própria	Meta Atuarial	6,60%				
Segm. Empréstimo Participante	30.267.876,91	3,83%		CDI	4,97%				
Empréstimo Financeiro	30.267.876,91	3,83%	Própria						
TOTAL	789.447.023,03	100,00%							

Investimentos da RedePrev - 1º Semestre 2014



Rentabilidade no 1º Semestre 2014



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

André Bolonha Fiuza de Mello
e-mail: andre.fiuza@redeprev.com.br
Telefone: (11) 4481-9600

Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão da REDEPREV

BDO Auditores Independentes
Ismael Nicomedio dos Santos
e-mail: ismael.nicomedio@bdobrazil.com.br
Telefone: (11) 3045-7363

Faixas de Alocação dos Recursos por Plano

Segmento	Celpa BDI		Celpa BDII		Celpa OP		Total Celpa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	87,96%	102.723.064,26	85,55%	49.867.040,16	71,48%	97.058.011,39	80,31%	249.648.115,81
Renda Variável	3,89%	4.540.496,04	6,13%	3.575.273,74	18,07%	24.534.294,39	10,50%	32.650.064,17
Imóveis	6,37%	7.444.345,81	6,44%	3.754.460,03	4,05%	5.504.312,06	5,37%	16.703.117,90
Emp. a Participantes	1,78%	2.078.779,37	1,88%	1.095.743,29	6,40%	8.690.296,23	3,82%	11.864.818,89
TOTAL	100,00%	116.786.685,48	100,00%	58.292.517,22	100,00%	135.786.914,07	100,00%	310.866.116,77

Segmento	Cemat BDI		Cemat BDII		Cemat OP		Total Cemat	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	79,26%	37.068.848,28			77,11%	140.865.762,49	77,55%	177.934.610,77
Renda Variável	19,65%	9.188.568,57			18,53%	33.855.514,47	18,76%	43.044.083,04
Imóveis	0,00%	-			0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	1,09%	510.561,52			4,36%	7.960.811,72	3,69%	8.471.373,24
TOTAL	100,00%	46.767.978,37			100,00%	182.682.088,68	100,00%	229.450.067,05

Segmento	Elétricas BDI		Elétricas BDII		Elétricas OP		Total Elétricas	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	73,98%	54.872.649,64			68,94%	89.670.178,72	70,77%	144.542.828,36
Renda Variável	18,14%	13.458.489,98			16,94%	22.029.015,67	17,38%	35.487.505,65
Imóveis	7,54%	5.595.308,49			7,04%	9.155.897,39	7,22%	14.751.205,88
Emp. a Participantes	0,34%	250.815,12			7,08%	9.211.324,33	4,63%	9.462.139,45
TOTAL	100,00%	74.177.263,23			100,00%	130.066.416,11	100,00%	204.243.679,34

Segmento	Plano de Benefícios "R"		Plano de Benefícios "R"		Plano de Benefícios "R"		Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	88,82%	38.092.376,71					88,82%	38.092.376,71
Renda Variável	10,09%	4.325.913,12					10,09%	4.325.913,12
Imóveis	0,00%	-					0,00%	-
Emp. a Participantes	1,09%	469.545,33					1,09%	469.545,33
TOTAL	100,00%	42.887.835,16					100,00%	42.887.835,16

Segmento	Plano de Gestão Administrativa		Plano de Gestão Administrativa		Plano de Gestão Administrativa		Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	100,00%	1.999.324,71					100,00%	1.999.324,71
Renda Variável	0,00%	-					0,00%	-
Imóveis	0,00%	-					0,00%	-
Emp. a Participantes	0,00%	-					0,00%	-
TOTAL	100,00%	1.999.324,71					100,00%	1.999.324,71

TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV 789.447.023,03

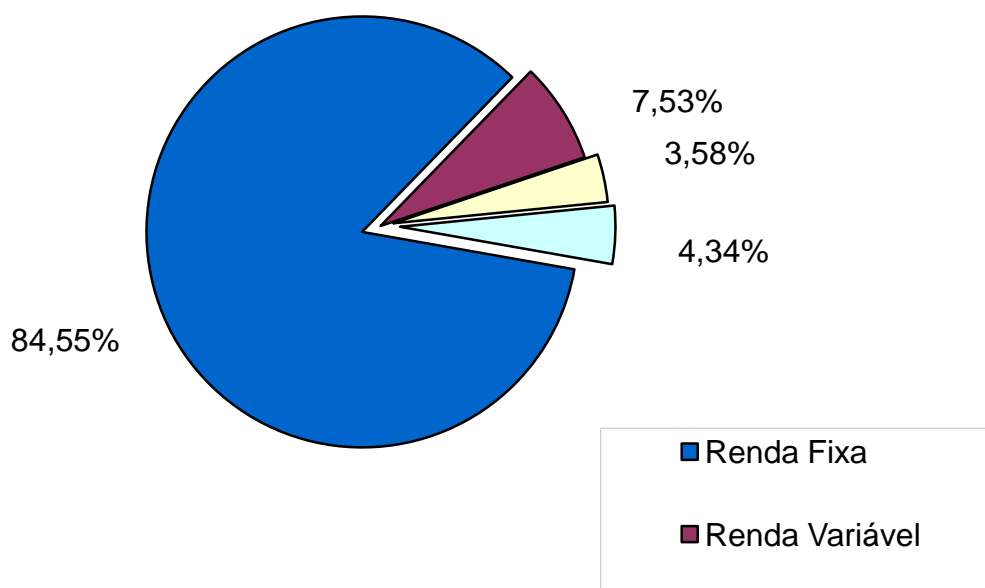
8.3 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2º SEMESTRE/2014

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional -CMN, a Diretoria Executiva da REDEPREV apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da REDEPREV, relativo ao 2º SEMESTRE / 2014.

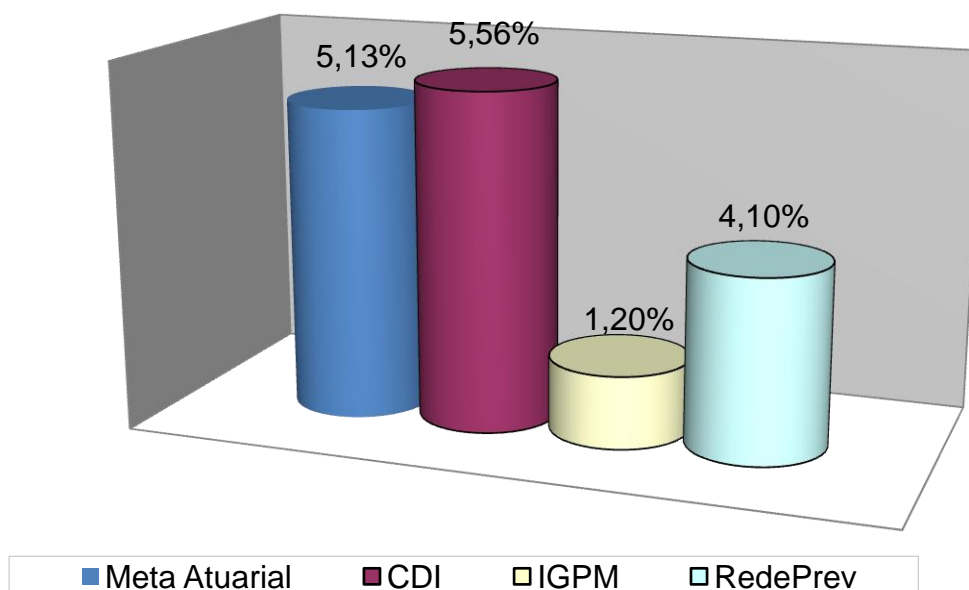
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PERCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR					LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLITICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA			RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL					
Segmentos	Investimentos 1º Semestre/2014 Posição em 30/06/2014		Investimentos 2º Semestre/2014 Posição em 31/12/2014		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polít. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	77,55%	612.217.256,36	84,55%	517.395.873,14	100,00%	Até 100%	84,49%	5,69%	CDI	5,56%	5,13%	102,34%	110,92%
Renda Variável	14,63%	115.507.565,98	7,53%	46.074.232,11	70,00%	Até 40%	7,56%	-4,58%	IBOVESPA Fechtd	-5,93%	5,13%	77,23%	-89,28%
Imóveis	3,98%	31.454.323,78	3,58%	21.919.851,74	8,00%	Até 8%	3,60%	9,88%	Meta Atuarial	5,13%	5,13%	192,59%	192,59%
Emprést. aos Participantes	3,83%	30.267.876,91	4,34%	26.528.021,10	15,00%	Até 15%	4,35%	5,89%	Meta Atuarial	5,13%	5,13%	114,81%	114,81%
TOTAL	100,00%	789.447.023,03	100,00%	611.917.978,09				3,01%			5,13%		58,67%

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 2º SEMESTRE/2014				VALORES EM RISCO (VaR) P/ OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL			CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 2º SEMESTRE/2014		
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão	Segmentos	VaR - 2º Semestre/2014		Instituição	Serviço	Valor - R\$
					%	Valor - R\$			
Segmento Renda Fixa	517.395.873,14	84,55%							
Títulos Públicos - NTN	172.451.837,25	28,18%	Própria	R. Fixa - RF	0,27%	1.405.513,41	Banco Itaú	Custódia	136.316,47
CDB	16.289.822,34	2,66%	Própria	R.Variável - RV	7,46%	3.258.232,52	Banco Itaú	Cetip/Selic/Cblc	72.025,39
Debêntures	35.095.311,66	5,74%	Própria	Consolidado	0,76%	4.294.908,55	PPS/ALM	Análise de investimentos	38.405,97
Fundos de Investimentos	130.523.030,84	21,33%	Terceirizada				Risk Office	Risco de Mercado	40.042,28
DPGE/LFS	163.035.871,05	26,64%	Própria	Planos Benef.	Rentabilidade - 2º Semestre/14		Auditoria	Auditoria de Gestão	9.159,00
Segmento Renda Variável	46.074.232,11	7,53%		Celpa OP	4,04%		Consultoria	Conselho Consultivo	9.329,00
Fundos de Investimento/Ações	46.074.232,11	7,53%	Terceirizada	Cemat OP	3,68%		Sist.controle Invest.	Licença de uso	93.648,32
Segmento Imóvel	21.919.851,74	3,58%		Elétricas OP	4,44%		Taxa de Adm. Fundos	Diversos Bancos	1.855.012,80
Imóveis	21.919.851,74	3,58%	Própria	Meta Atuarial	5,13%		TOTAL		2.253.939,23
Segm. Empréstimo Participante	26.528.021,10	4,34%		CDI	5,56%				
Empréstimo Financeiro	26.528.021,10	4,34%	Própria						
TOTAL	611.917.978,09	100,00%							

Investimentos da RedePrev - 2º Semestre 2014



Rentabilidade no 2º Semestre 2014



Faixas de Alocação dos Recursos por Plano

Segmento			Celpa OP		Total Celpa	
			%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa			82,07%	113.641.501,11	82,07%	113.641.501,11
Renda Variável			7,75%	10.728.727,35	7,75%	10.728.727,35
Imóveis			3,95%	5.469.480,86	3,95%	5.469.480,86
Emp. a Participantes			6,23%	8.633.134,06	6,23%	8.633.134,06
TOTAL			100,00%	138.472.843,38	100,00%	138.472.843,38

Segmento	Cemat BDI		Cemat OP		Total Cemat	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	90,04%	41.189.832,92	87,34%	156.600.804,79	87,89%	197.790.637,71
Renda Variável	8,78%	4.018.116,20	8,26%	14.804.851,26	8,36%	18.822.967,46
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	1,17%	537.022,17	4,40%	7.897.612,75	3,75%	8.434.634,92
TOTAL	100,00%	45.744.971,29	100,00%	179.303.268,80	100,00%	225.048.240,09

Segmento	Elétricas BDI		Elétricas OP		Total Elétricas	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	83,21%	61.533.169,14	77,81%	99.945.043,21	79,79%	161.478.212,35
Renda Variável	7,96%	5.885.332,10	7,50%	9.633.181,26	7,67%	15.518.513,36
Imóveis	8,44%	6.239.822,67	7,95%	10.210.548,21	8,13%	16.450.370,88
Emp. a Participantes	0,40%	293.839,24	6,74%	8.650.720,50	4,42%	8.944.559,74
TOTAL	100,00%	73.952.163,15	100,00%	128.439.493,18	100,00%	202.391.656,33

Segmento	Plano de Benefícios "R"				Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$			%	Valor - R\$
Renda Fixa	96,52%	42.118.663,88			96,52%	42.118.663,88
Renda Variável	2,30%	1.004.023,94			2,30%	1.004.023,94
Imóveis	0,00%	-			0,00%	-
Emp. a Participantes	1,18%	515.692,38			1,18%	515.692,38
TOTAL	100,00%	43.638.380,20			100,00%	43.638.380,20

Segmento	Plano de Gestão Administrativa				Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$			%	Valor - R\$
Renda Fixa	100,00%	2.366.858,09			100,00%	2.366.858,09
Renda Variável	0,00%	-			0,00%	-
Imóveis	0,00%	-			0,00%	-
Emp. a Participantes	0,00%	-			0,00%	-
TOTAL	100,00%	2.366.858,09			100,00%	2.366.858,09
TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV						611.917.978,09

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

André Bolonha Fiuza de Mello
e-mail: andre.fiuza@redeprev.com.br
Telefone: (11) 4481-9600

Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão da REDEPREV

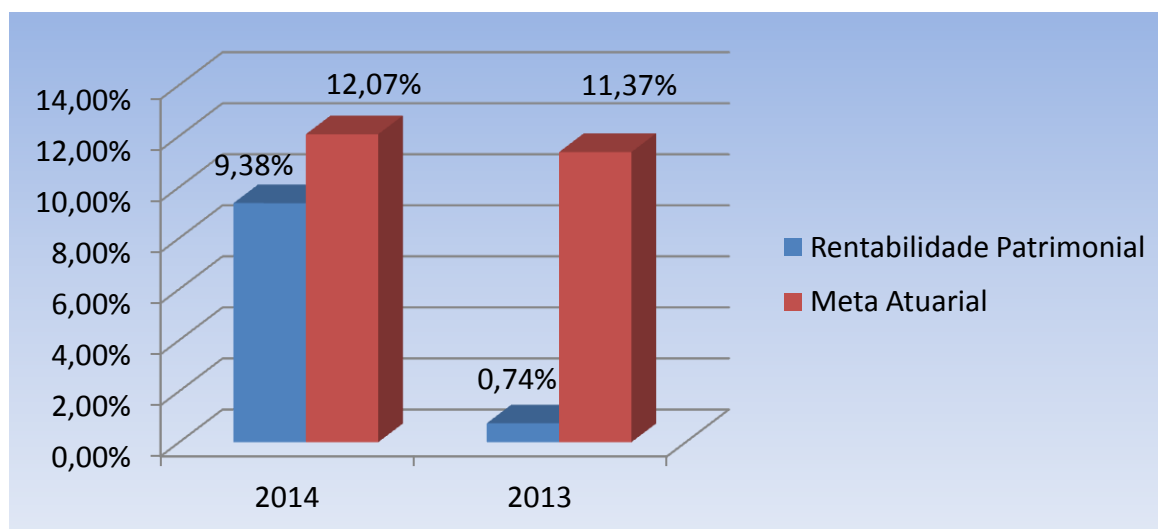
BDO Auditores Independentes
Ismael Nicomedio dos Santos
e-mail: ismael.nicomedio@bdobrazil.com.br
Telefone: (11) 3045-7363

8.4 RENTABILIDADE

A rentabilidade patrimonial média consolidada em 2014, dos seis planos de benefícios previdenciários administrados pela REDEPREV, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 9,38%. A referida taxa, descontada a meta atuarial no mesmo período de 12,07% (INPC + 5,5% a.a.), resultou em uma taxa de rentabilidade real líquida de -2,69%, abaixo da referida meta, fechando o ano com 86,77% do CDI “benchmark” adotado pela Fundação. A seguir, apresentamos a evolução da rentabilidade nominal e outros indicadores, referente ao período de 2014 e 2013.

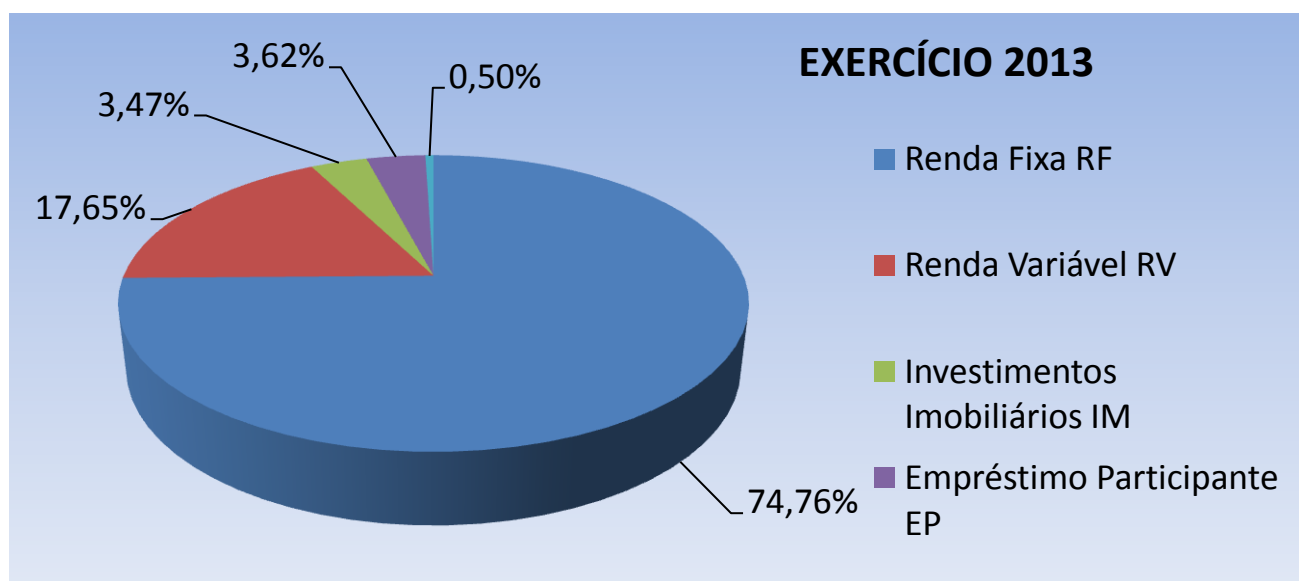
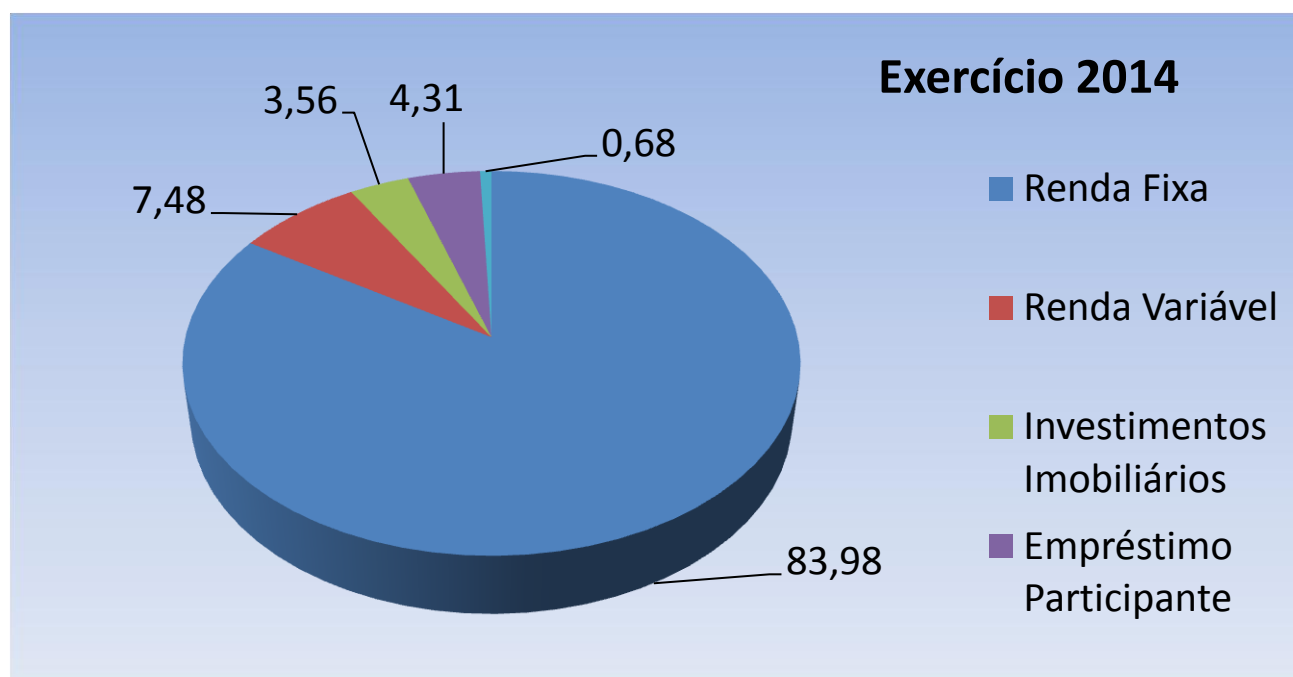
8.4.1 RENTABILIDADE PATRIMONIAL

Discriminação		2014	2013
Rentabilidade Patrimonial	No Ano	9,38%	0,74%
INPC - IBGE	No Ano	6,23%	5,56%
Taxa de Juros	No Ano	5,50%	5,50%
Meta Atuarial	No Ano	12,07%	11,37%
Rentabilidade Real Líquida	No Ano	-2,69%	-9,54%



Os dados e respectivos gráficos a seguir, demonstram o perfil de alocação do Patrimônio da REDEPREV, nos exercícios de 2013 e 2014.

Modalidades		2014		2013	
		R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Renda Fixa	RF	517.397	83,98	612.690	74,76%
Renda Variável	RV	46.074	7,48	144.634	17,65%
Investimentos Imobiliários	IM	21.920	3,56	28.398	3,47%
Empréstimo Participante	EP	26.528	4,31	29.681	3,62%
Outros Ativos	OA	4.198	0,68	4.116	0,50%
Total		616.117	100,00	819.519	100,00



8.4.2 RENTABILIDADE POR SEGMENTO - JAN A JUN/2014

Plano CELPA-BDI

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	6,46%	6,60%	97,91%
Renda Variável	4,94%	6,60%	74,83%
Imóveis	31,43%	6,60%	476,26%
Empréstimos	8,25%	6,60%	124,96%

Plano CELPA-BDII

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	6,10%	6,60%	92,44%
Renda Variável	4,94%	6,60%	74,83%
Imóveis	31,43%	6,60%	476,26%
Empréstimos	8,22%	6,60%	124,50%

* O gerenciamento dos Planos Celpa BD-I e Celpa BD-II foram transferidos para a FASCEMAR em 01/07/2014.

CELPA-OP			
Segmentos	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade X Meta Atuarial
Renda Fixa	12,46%	12,07%	103,20%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	38,52%	12,07%	319,12%
Empréstimo	14,31%	12,07%	118,55%

ELÉTRICAS-BDI			
Segmentos	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade X Meta Atuarial
Renda Fixa	12,22%	12,07%	101,21%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	28,57%	12,07%	236,71%
Empréstimo	14,99%	12,07%	124,23%

ELÉTRICAS-OP			
Segmentos	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade X Meta Atuarial
Renda Fixa	12,14%	12,07%	100,56%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	28,65%	12,07%	237,38%
Empréstimo	14,14%	12,07%	117,15%

CEMAT-BDI			
Segmentos	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade X Meta Atuarial
Renda Fixa	12,51%	12,07%	103,62%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	0,00%	12,07%	0,00%
Empréstimo	14,82%	12,07%	122,80%

CEMAT-OP			
Segmentos	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade X Meta Atuarial

Renda Fixa	12,36%	12,07%	102,41%
Renda Variável	-0,37%	12,07%	-3299,72%
Imóveis	0,00%	12,07%	0,00%
Empréstimo	14,32%	12,07%	118,68%

RISCO			
Segmentos	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade X Meta Atuarial
Renda Fixa	11,87%	12,07%	98,33%
Renda Variável	-0,28%	12,07%	-4255,88%
Imóveis	0,00%	12,07%	0,00%
Empréstimo	15,71%	12,07%	130,12%

8.4.3 RENTABILIDADE GLOBAL EM 2014 POR PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios	Rentabilidade Patrimonial (%)	Meta Atuarial (%)	Recursos Garantidores
Celpe BD – I	6,57	6,60	116.786.687,49
Celpe BD – II	6,32	6,60	56.957.820,80

* Valores referentes ao período de jan a Jun de 2014, devido a transferências dos planos para FASCEMAR

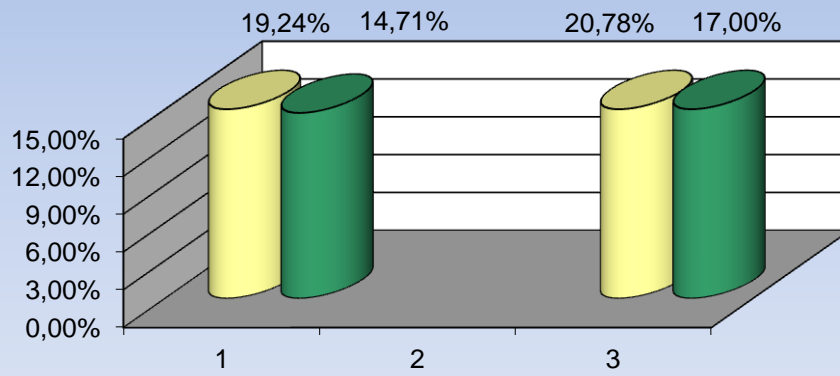
Plano de Benefícios	Rentabilidade Patrimonial (%)	Meta Atuarial (%)	Recursos Garantidores
Celpe – OP	10,61	12,07	138.472.843,34
Cemat BD – I	9,41	12,07	45.744.971,26
Cemat – OP	9,34	12,07	179.303.270,20
Elétricas BD- I	9,61	12,07	73.952.163,09
Elétricas – OP	9,61	12,07	128.439.493,18
Plano - R	7,68	12,07	43.638.380,30
Plano Administrativo			2.366.857,27
Consolidado			785.662.486,93

8.4.4 FLUXO ORÇAMENTÁRIO

FLUXO ORÇAMENTÁRIO - DEZEMBRO/2014										
Discriminação	NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS				PREVISÃO ANO - 2014	
	Previsto (a)	Realizado (b)	(b - a)	Variação % Realiz.(b/a)	Previsto (c)	Realizado (d)	(d - c)	Variação % Realiz.(d/c)	Valor (e)	A. V. %
1- Receita de Contribuição	934.683,63	1.256.227,64	321.544,01	134,40%	15.143.839,07	15.809.644,59	665.805,52		15.143.839,07	
2- Rec. Administrativa (Custeio Administrativo)	232.775,42	334.271,37	101.495,95	143,60%	3.851.587,49	4.086.632,14	235.044,65	106,10%	3.851.587,49	100,00%
3- Gestão Previdencial	224.677,25	233.894,07	9.216,82	104,10%	3.947.304,80	3.382.528,48	(564.776,32)	85,69%	3.947.304,80	100,00%
3.1 - Pessoal e Encargos	139.628,80	134.321,09	(5.307,71)	96,20%	2.601.903,37	2.074.018,74	(527.884,63)	79,71%	2.601.903,37	65,92%
3.1.1 Dirigentes	54.778,88	47.202,72	(7.576,16)	86,17%	1.069.308,98	829.061,06	(240.247,92)	77,53%	1.069.308,98	27,09%
3.1.2 - Pessoal Próprio	84.849,92	87.096,33	2.246,41	102,65%	1.532.594,39	1.242.235,74	(290.358,65)	81,05%	1.532.594,39	38,83%
3.1.2 - Estagiários	-	22,04	22,04		-	2.721,94	2.721,94		-	0,00%
3.2 - Treinamento/Congressos e Seminários	-	467,40	467,40		63.213,00	6.435,13	(56.777,87)	10,18%	63.213,00	1,60%
3.2.1 - Treinamento/Congressos e Seminários - Próprio	-	-	-		17.681,40	1.399,35	(16.282,05)	7,91%	17.681,40	0,45%
3.2.2 - Treinamento Dirigentes e Conselheiros	-	467,40	467,40		45.531,60	5.035,78	(40.495,82)	11,06%	45.531,60	1,15%
3.3 - Viagens e Estádias	8.181,70	1.808,95	(6.372,75)	22,11%	40.228,51	55.836,29	15.607,78	138,80%	40.228,51	1,02%
3.3.1 - Viagens e Estádias / Pessoal Próprio	216,60	197,39	(19,21)	91,13%	2.855,70	9.830,33	6.974,63	344,24%	2.855,70	0,07%
3.3.2 - Viagens e Estádias / Dirigentes e Conselheiros	7.284,60	1.039,68	(6.244,92)	14,27%	29.138,40	37.368,63	8.230,23	128,25%	29.138,40	0,74%
3.3.3 - Viagens e Estádias / Terceiros	680,50	571,88	(108,62)	84,04%	8.234,41	8.637,33	402,92	104,89%	8.234,41	0,21%
3.4 - Serviços de Terceiros	30.306,30	55.477,24	25.170,94	183,06%	559.817,66	601.635,62	41.817,96	107,47%	559.817,66	14,18%
3.4.1 - Pessoa Física	111,05	192,14	81,09	173,02%	1.793,26	967,08	(826,18)	53,93%	1.793,26	0,05%
3.4.2- Pessoa Jurídica	30.195,25	55.285,10	25.089,85	183,09%	558.024,40	600.668,54	42.644,14	107,64%	558.024,40	14,14%
3.5 - Despesas Gerais	27.735,45	23.947,33	(3.788,12)	86,34%	374.170,06	338.629,46	(35.540,60)	90,50%	374.170,06	9,48%
3.5.1 - Manutenção	299,03	290,70	(8,33)	97,21%	3.554,05	3.983,50	429,45	112,08%	3.554,05	0,09%
3.5.2 - Serviços Gerais	2.931,94	4.433,26	1.501,32	151,21%	48.396,81	50.803,65	2.406,84	104,97%	48.396,81	1,23%
3.5.3 - Despesas com Material	1.182,11	701,07	(481,04)	59,31%	16.710,27	16.937,98	227,71	101,36%	16.710,27	0,42%
3.5.4 - Diversas	14.917,53	10.118,09	(4.799,44)	67,83%	204.650,85	166.119,78	(38.531,07)	81,17%	204.650,85	5,18%
3.5.6 - Despesas com Aluguel	8.404,84	8.404,21	(0,63)	99,99%	100.858,08	100.784,55	(73,53)	99,93%	100.858,08	2,56%
3.6- Depreciações e Amortizações	5.250,64	2.452,83	(2.797,81)	46,71%	63.007,68	51.218,38	(11.789,30)	81,29%	63.007,68	1,60%
3.7 - Tributos	13.574,36	15.419,23	1.844,87	113,59%	209.909,52	210.471,00	561,48	100,27%	209.909,52	5,32%
3.7.1- Tributos Federais	12.910,34	15.085,50	2.175,16	116,85%	201.924,35	204.796,57	2.872,22	101,42%	201.924,35	5,12%
3.7.2- Tributos Municipais	664,02	333,73	(330,29)	50,26%	7.985,17	5.674,43	(2.310,74)	71,06%	7.985,17	0,20%
3.8- Outras Despesas	-	-	-		-	311,97	311,97		-	0,00%
3.8.2 - Despesas Exercício Anterior	-	-	-		-	311,97	311,97		-	0,00%
3.9 - Despesas Específicas	-	-	-		35.055,00	43.971,89	8.916,89	125,44%	35.055,00	0,89%
3.9.2 - Serviços de Terceiros	-	-	-		-	11.838,14	11.838,14		-	0,00%
3.9.3 - Impostos e Taxas	-	-	-		35.055,00	32.133,75	(2.921,25)	91,67%	35.055,00	0,89%
4 - Rel. % Despesa (3) / Receita (1)	19,24%	14,71%	-4,54%		20,78%	17,00%	-3,78%		20,78%	

As despesas administrativas da REDEPREV, previstas para o exercício de 2014, foram limitadas em 20,78% das receitas do exercício de 2014, conforme coluna “e”. As despesas vinculadas ao Programa de Investimentos da Fundação, não estão contabilizadas como despesas administrativas. No período de JANEIRO à DEZEMBRO DE 2014, a relação das despesas de Gestão Administrativa/ Receitas foi de 17,00 %. (Item 4, coluna “d”)

ORÇAMENTO PREVISTO X REALIZADO NO MÊS E ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO DE 2014



■ DEZEMBRO - 2014 Previsto

■ DEZEMBRO - 2014 Realizado

PARTE 4:

9. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

ATIVO	Exercício 2014	Exercício 2013	PASSIVO	Exercício 2014	Exercício 2013
DISPONÍVEL	24	12	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.508	3.787
			Gestão Previdencial (Nota 8)	3.101	3.194
REALIZÁVEL	614.335	817.940	Gestão Administrativa (Nota 9)	390	565
Gestão Previdencial (Nota 4)	1.735	1.761	Investimentos	17	28
Gestão Administrativa (Nota 5)	467	481			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.430	1.438
Investimentos (Nota 6)	612.133	815.698	Gestão Previdencial (Nota 10)	1.317	1.326
Títulos Públicos	172.452	197.356	Gestão Administrativa (Nota 11)	113	112
Créditos Privados e Depósitos	214.421	296.702	PATRIMÔNIO SOCIAL	611.179	814.294
Ações	2.321	4.580	Patrimônio de Cobertura do Plano	563.136	725.175
Fundos de Investimento	174.277	258.686	Provisões Matemáticas (Nota 12)	591.968	721.090
Investimentos Imobiliários	21.920	28.398	Benefícios Concedidos	363.200	480.619
Empréstimos	26.528	29.681	Benefícios a Conceder	228.768	240.471
Outros Realizáveis	214	295	Equilíbrio Técnico (Nota 13)	(28.832)	4.085
			Resultados Realizados	(28.832)	4.085
PERMANENTE (Nota 7)	1.758	1.567	Superávit Técnico Acumulado	0	4.085
Imobilizado	1.752	1.514	(-)Déficit Técnico Acumulado	(28.832)	0
Intangível	6	53	Fundos (Nota 14)	48.043	89.119
			Fundos Previdenciais	43.456	85.300
			Fundos Administrativos	4.274	3.554
			Fundos dos Investimentos	313	265
				-	-
TOTAL DO ATIVO	616.117	819.519	TOTAL DO PASSIVO	616.117	819.519

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	814.294	878.304	(7,29)
	1. Adições	91.518	29.385	211
(+)	Contribuições Previdenciais	15.810	17.856	(11,46)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	67.927	4.020	1.589,73
(+)	Receitas Administrativas	7.493	7.436	0,77
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	224	4	5.500,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	64	69	(7,25)
	2. Destinações	(75.283)	(93.395)	(19,39)
(-)	Benefícios	(68.152)	(86.152)	(20,89)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(134)	(115)	16,52
(-)	Despesas Administrativas	(6.996)	(7.121)	(1,76)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(1)	(7)	(85,71)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	16.235	(64.010)	(125,36)
(+/-)	Provisões Matemáticas	30.823	(8.876)	(447,26)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(9.987)	(59.113)	(83,11)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(5.385)	3.598	(249,67)
(+/-)	Fundos Administrativos	720	312	130,77
(+/-)	Fundos dos Investimentos	64	69	(7,25)
	4. Operações Transitórias	(219.350)	0	0,00
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	611.179	814.294	(24,94)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CONSOLIDADO

Empresa: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.554	3.242	9,62
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.716	7.441	3,70
1.1. Receitas	7.716	7.441	3,70
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.086	4.200	(2,71)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.048	3.154	(3,36)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	31	32	(3,13)
Resultado Positivo dos Investimentos	224	4	5.500,00
Outras Receitas	327	51	541,18
2. Despesas Administrativas	(6.996)	(7.129)	(1,87)
2.1. Administração Previdencial	(3.383)	(3.750)	(9,79)
Pessoal e encargos	(2.074)	(2.360)	(12,12)
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	(15)	(60,00)
Viagens e estadias	(56)	(48)	16,67
Serviços de terceiros	(613)	(623)	(1,61)
Despesas gerais	(582)	(633)	(8,06)
Depreciações e amortizações	(51)	(66)	(22,73)
Contingências	(1)	(4)	(75,00)
Outras Despesas	0	(1)	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	(3.303)	(3.293)	0,30
Pessoal e encargos	(1.566)	(1.780)	(12,02)
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	(12)	(58,33)
Viagens e estadias	(42)	(38)	10,53
Serviços de terceiros	(725)	(670)	8,21
Despesas gerais	(926)	(740)	25,14
Depreciações e amortizações	(39)	(50)	(22,00)
Contingências	0	(3)	(100,00)
2.3. Administração Assistencial	0	0	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	(86)	(100,00)
2.5. Outras Despesas	(310)	0	100,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	720	312	130,77
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	720	312	130,77
6. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	4.274	3.554	20,26

10. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de R\$)

A notas explicativas às demonstrações contábeis na íntegra, podem ser consultadas no RAI-Relatório Anual Completo de Informações, disponível no sítio da Entidade www.redeprev.com.br.

1.1 Transferência do controle societário Grupo Rede para Energisa (Patrocinadoras da RedePrev)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou em 31 de agosto de 2012, intervenção em oito das nove distribuidoras de energia elétrica, patrocinadoras da RedePrev: Centrais Elétricas Mato-grossenses - Cemat, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul, Companhia Força e Luz do Oeste, Caiuá Distribuição de Energia S/A., Empresa Elétrica Bragantina S/A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S/A. e Companhia Nacional de Energia Elétrica. O Grupo Energisa assumiu, em 11 de abril de 2014, o controle das oito distribuidoras do Grupo Rede que estavam, desde setembro de 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A transferência do controle e aprovação de um plano de recuperação das concessionárias eram condições para encerramento da intervenção pela agência reguladora.

1.2 Informações sobre Recuperação Judicial da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”), uma das patrocinadoras da Fundação, teve o processo de Recuperação Judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012. A REDEPREV, protocolou em 23 de março de 2012, o processo de reconhecimento dos créditos devido pela Patrocinadora CELPA, referente às contribuições e alugueis do mês de competência de fevereiro de 2012, onde a REDEPREV é credora em R\$ 475, este saldo foi totalmente provisionado no exercício de 2012.

No processo de recuperação judicial, foi acordado com a CELPA, que a quitação deste débito foi parcelado em 60 parcelas. Durante o exercício de 2014, a Fundação vem estornando a provisão anteriormente efetuada, a medida do recebimento das parcelas. O saldo desta dívida é de R\$ 183.

1.3 Informações sobre transferência de gestão dos planos CELPA

a) Plano CELPA BD-I e CELPA BD-II

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 30 de setembro de 2013.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 27 de janeiro de 2014. A efetiva transferência de gerenciamento dos referidos planos ocorreu em 01 de julho de 2014.

b) Plano CELPA OP e parte cindida do Plano de Risco

A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP (CNPB 2000.0004-11) e da parte do Plano de Risco (CNPB 2006.0066-65), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014.

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano CELPA OP e a cisão/transferência do Plano de RISCO, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 02 de setembro 2014.

Através do Ofício 3046/CGTR/DITEC/PREVIC de 26/09/2014 – Plano Celpa-OP e Ofício 3232/CGTR/DITEC/PREVIC de 15/10/2014 – Plano-R, a PREVIC solicitou algumas exigências para dar continuidade na análise do processo de cisão e transferência dos planos. A REDEPREV protocolou junto à PREVIC em 19/12/2014 Plano-R e em 22/12/2014 Plano Celpa-OP novos processos em atendimento as exigências apontadas.

1.4 Destinação da Reserva de Revisão do Plano

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a destinação da reserva especial para revisão do plano CELPA OP. O valor atribuído aos participantes ativos será creditado no “Fundo F”, criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais, para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal, ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade; enquanto os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Mensal Vitalícia ou Financeira receberam os valores individuais em 04 (quatro) prestações mensais e sucessivas, pagas em fevereiro, março, abril e maio de 2014, atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA está mantida no Plano e contabilizada em conta específica sob regime de quotas patrimoniais, com o objetivo de abater as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

1.5 Alterações na estrutura da gestão dos investimentos

Em 12 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, alteração da segregação dos investimentos da Fundação, para os segmentos de renda fixa e renda variável, passando de segregação virtual (unifundo) para segregação real (multifundo), sendo implantada em janeiro de 2014.

6.1 - PROVISÕES PARA PERDAS

a) BANCO SANTOS S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos S/A. no valor R\$ 10.352 (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central.

Tendo o Banco Central do Brasil decretado a liquidação extrajudicial da instituição financeira, a REDEPREV, com base nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou, à época, como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos S/A, efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à REDEPREV no valor de R\$ 1.135, em 5 de janeiro de 2011, efetuou o pagamento do segundo rateio no valor de R\$ 2.044, e, em 14 de janeiro de 2013 efetuou o pagamento terceiro rateio no valor de R\$ 733 reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 9.107 em 31 de dezembro de 2013. Após a transferência de gerenciamento dos planos CELPA BDI e CELPA BDII, o valor registrado na rubrica Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.200.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos S/A., massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

b) BANCO BVA S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos, na data da intervenção no Banco BVA S/A., decretada pelo Banco Central, uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB no valor R\$ 11.002. A intervenção ocorreu em 19 de outubro de 2012 e a REDEPREV de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado do exercício corrente, o valor de R\$

10.932. Após a transferência de gerenciamento dos planos CELPA BDI e CELPA BDII, o valor registrado na rubrica Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 8.045.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 0012945-59) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco BVA, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

12 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base em Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuaria S/S Ltda. – ETAA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
PROVISÕES MATEMÁTICAS	591.968	721.090
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	363.200	480.619
BENEFÍCIOS A CONCEDER	228.768	240.471
Contribuição Definida	214.157	220.643
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	14.611	19.828
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	14.611	19.828

- Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder- são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de participantes ativos e assistidos, que foi reavaliada no encerramento do exercício de 2014, com dados cadastrais de dezembro de 2014.

13 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
EQUILÍBRIO TÉCNICO – Superávit Técnico Acumulado	(28.832)	4.085
Reserva de Contingência	0	4.085
(-) Déficit Técnico Acumulado	(28.832)	0

O superávit/déficit de cada plano previdencial está apresentado no quadro a seguir, os valores estão posicionados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

PLANOS	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2014	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2013
ELETRICAS BDI	(3.813)	(4.666)
ELETRICAS OP	(6.290)	(4.470)
CELPA BDI	0	14.071
CELPA BDII	0	9.017
CELPA OP	1.707	2.183
CEMAT BDI	(5.020)	(2.705)

CEMAT OP	(7.048)	(4.468)
PL. RISCO	(8.368)	(4.877)
Consolidado	(28.832)	4.085

13.1 - Superávit Técnico Acumulado

O Superávit Técnico acumulado é composto pelo valor da Reserva de Contingência, constituída pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e pelo valor da Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios, no que exceder o limite de 25% da Reserva de Contingência.

13.2 - Déficit Técnico Acumulado

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BDI, Elétricas OP, Cemat BDI e Cemat OP e Plano de Risco são de grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável nos exercícios de 2013 e de 2014. A entidade está monitorando o valor do Déficit Técnico dos planos de benefícios Elétricas BDI, Elétricas OP, Cemat BDI e Cemat OP, tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio dos mesmos. Quanto ao Plano de Risco, a REDEPREV encaminhou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, juntamente com o processo de transferência de cisão parcial e transferência de gerenciamento do Plano de Risco o estudo atuarial para equacionamento do déficit técnico e estudo de viabilidade econômico-financeiro, tendo em vista que o resultado deficitário surgido em 2013 foi em razão da alteração da taxa real anual de juros de 5,75%.a.a para 5,50%.a.a e da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial.

18 - APRESENTAÇÃO DO EFEITO DA CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto do item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação do fundo administrativos nos planos previdencias, superávit e déficit técnico, dentre outros. Segue composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2014:

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	74.193	74.193
ELÉTRICAS OP	129.536	129.536
CELPA BDI	0	0
CELPA BDII	0	0
CELPA OP	139.471	139.471
CEMAT BDI	45.846	45.846
CEMAT OP	180.305	180.305
PL. RISCO	46.490	46.490
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	4.816	4.816
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(4.540)	(4.540)
CONSOLIDADO	616.117	616.117

19.1 - Agente Custodiante

A Fundação tem como Agente Custodiante contratado o Banco Itaú Unibanco S/A. O agente custodiante é responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de setembro de 2009, e alterada pela Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 do Conselho Monetário Nacional.

20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 Transferência de gestão do plano CELPA-OP e parte do Plano-R para a FASCEMAR

Através do Ofício 197/CGTR/DITEC/PREVIC de 28/01/2015 – Plano Celpa-OP, e, Ofício 222/CGTR/DITEC/PREVIC de 29/01/2015 – Plano-R, a PREVIC apontou novas exigências para conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a FASCEMAR.

20.2 Instrução PREVIC nº 19

Em cumprimento a Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, informamos que a entidade não adotou as Resoluções CNPC nºs 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2015, para o exercício de 2014, podendo impactar a situação econômica e financeira dos planos de benefícios. Porém se comparamos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5%, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira dos planos de benefícios.

PLANOS	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	DURATION DO PASSIVO (EM ANOS)
ELETRICAS BDI	5,12%a.a	3,59%a.a	5,52%a.a	9,43
ELETRICAS OP	5,16%a.a	3,61%a.a	5,56%a.a	10,00
CELPA OP	5,20%a.a	3,64%a.a	5,60%a.a	11,46
CEMAT BDI	5,12%a.a	3,59%a.a	5,52%a.a	8,52
CEMAT OP	5,16%a.a	3,61%a.a	5,56%a.a	10,05
PLANO DE RISCO	5,20% a.a	3,64%a.a	5,60%a.a	11,47

Para os Planos Elétricas OP, Celpa OP e Cemat OP está sendo considerado somente os assistidos em renda mensal vitalícia.

20.3 Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A Fundação apresentou à PREVIC o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico para o Plano de Risco, aguardando aprovação pelo órgão fiscalizador, do processo de cisão e transferência para a FASCEMAR. As Patrocinadoras do plano Elétricas-OP, deverão efetuar contribuições extraordinárias no decorrer de 2015, conforme Parecer Atuarial e Contrato de Amortização do Déficit Técnico. Em relação aos planos Elétricas BDI, CEMAT BDI E CEMAT-OP, a entidade no decurso do exercício de 2015, estará monitorando o valor do Déficit Técnico tomando as ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

* * * *

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 “S” SP

11. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
Redeprev – Fundação Rede de Previdência
Bragança Paulista – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Redeprev – Fundação Rede de Previdência (“Redeprev” ou “Fundação”)**, que compreende o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Redeprev – Fundação Rede de Previdência** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ênfase

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Fundação, considerando a sua característica de administradora de planos de benefícios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2, oito patrocinadoras da Fundação estavam sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, desde agosto de 2012. Durante o exercício de 2012, a empresa holding “Rede Energia S.A.”, que também é patrocinadora da Fundação, apresentou pedido de recuperação judicial, como tentativa de solução para a insolvência e em 09 de setembro de 2013, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, concedeu a Recuperação Judicial. Além disso, o Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE aprovou a transferência do controle da Rede Energia S.A., e a ANEEL – Agência nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014, anuiu a transferência do Grupo Rede. Em 11 de abril de 2014 a Energisa S.A. assumiu o controle do Grupo Rede Energia S. A. Além disso, a patrocinadora, Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que está em processo de Recuperação Judicial já deferido pela Justiça do Pará, em 29 de fevereiro de 2012, teve seu controle acionário adquirido / assumido pela Equatorial Energia S.A. cujo plano de transição já foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Dessa forma conforme descrito nas notas explicativas nº 1.3 e 20.1, a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA comunicou a Fundação a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de benefícios CELPA BD I, CELPA BD II, CELPA OP e a parcela referente aos participantes ativos e assistidos daquela patrocinadora do Plano de Risco para outra entidade de previdência complementar. A efetiva transferência de gerenciamento dos Planos CELPA BDI e CELPA BDII ocorreu em 01 de julho de 2014. A patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, comunicou ainda à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão do Plano de Benefícios CELPA OP e da parte do Plano de Risco, administrados pela REDEPREV, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 31 de janeiro de 2014. As referidas solicitações já foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Em 28 e 29 de janeiro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, apontou novas exigências para a conclusão da análise do processo de cisão e transferência dos referidos planos para a Fascemar.

Em virtude de incertezas relacionadas a esses temas, não é possível determinar quais os reflexos que esses assuntos poderão trazer sobre a Fundação. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datado de 20 de março de 2014, que conteve ênfase, dos mesmos assuntos tratados acima.

São Paulo, 09 de março de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

12. PARECER ATUARIAL

Entidade: REDEPREV – Fundação Rede de Previdência

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP - CNPB Nº: 2000.0004-11

Patrocinadoras:

- CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.
- REDEPREV - fundação rede de previdência

Data-Base do Cadastro: 30/09/2014

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO

O Plano de Benefícios CELPA-OP foi instituído em 01/04/2000.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 258, de 15/05/2013.

Em razão da EQUATORIAL ENERGIA S.A., ter assumido o controle acionário da patrocinadora CELPA cujo acionista era a QMRA Participações, e tendo efetuado uma reestruturação de sua política de recursos humanos com o objetivo de centralizar o gerenciamento dos benefícios e gerar ganhos com economias de escala, a mesma formalizou junto a REDEPREV, sua decisão de resolver o Convênio de Adesão firmado com a Entidade, bem como solicitou a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA-OP para a FASCEMAR.

O processo de Rescisão do Convênio de Adesão e o de Cisão e Transferência de Gerenciamento do Plano encontra-se em análise na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, desde 02/09/2014.

3. Das Premissas e Hipóteses Atuariais

3.1. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

3.2. Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

3.3. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

3.3.1. Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios):

Valor: **INPC (IBGE).**

Justificativa: Conjuntura Econômica.

3.3.2. Taxa Real Anual de Juros

Valor: **4,50% (quatro e meio por cento).**

Justificativa: Conjuntura econômica.

3.3.3. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios

Valor: **Fator 0,98.**

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

3.3.4. Tábua de Mortalidade Geral

Valor: **AT 2000, suavizada em 10%.**

Justificativas:

a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa.

b) Em razão da distribuição da Reserva Especial, foi utilizada a Tábua AT 2000, suavizada em 10%, estabelecida na legislação.

4. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

			Valores em Reais
ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio social	135.037.350,94	138.297.998,29	2,41%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	114.948.138,34	128.051.123,15	11,40%

Provisões Matemáticas	112.765.387,66	126.344.598,16	12,04%
Benefícios Concedidos	20.866.866,92	25.599.493,11	22,68%
Contribuição Definida	12.135.864,18	15.155.010,82	24,88%
Saldo de Contas dos Assistidos	12.135.864,18	15.155.010,82	24,88%
Benefício Definido	8.731.002,74	10.444.482,29	19,63%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	8.731.002,74	10.444.482,29	19,63%
Benefícios a Conceder	91.898.520,74	100.745.105,05	9,63%
Contribuição Definida	91.898.520,74	100.745.105,05	9,63%
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	5.585.903,20	5.818.320,94	4,16%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	86.312.617,54	94.926.784,11	9,98%
Equilíbrio Técnico	2.182.750,68	1.706.524,99	-21,82%
Reserva de Contingência	2.182.750,68	1.706.524,99	-21,82%
Reserva Especial para Revisão de Plano	-	-	-
Fundos	20.089.212,60	10.246.875,14	-48,99%
Fundos Previdenciais	19.470.534,51	9.478.323,90	-51,32
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	4.541.572,12	5.422.899,05	19,41%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	2.849.219,43	3.193.781,39	12,09%
Revisão de Plano	12.079.742,96	861.643,46	-92,87%
Patrocinadoras	1.098.048,64	861.643,46	-21,53%
Participantes	10.981.694,32	-	-100,00%
Fundos Administrativos	491.423,17	622.264,46	26,62%
Fundos dos Investimentos	127.254,92	146.286,78	14,96%

5. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

5.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

5.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

5.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar no valor de R\$ 5.422.899,05, decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

5.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído o Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos, no valor de R\$ 3.193.781,39.

O saldo teve origem na migração dos participantes dos planos Celpa BD-I e Celpa BD-II para o Plano Optativo (atual Celpa-OP) e tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e dos Pensionistas.

5.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2013 sofreu um decréscimo pela perda patrimonial, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 4,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituída para os benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido.

5.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

5.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

O plano encontra-se superavitário.

Outros Fatos Relevantes

5.5.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

5.5.2. Resoluções CNPC Nºs 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014.

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC Nos 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, constante da Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 4,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

Duration	11,46 anos (considerando somente os Assistidos RMV)	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,20% a.a.	3,64% a.a.	5,60% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA**

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I - CNPB Nº: 1993.0010-18

Patrocinadora: **CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2014).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I, instituído em 01/01/1994, está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos de benefícios.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através da Portaria nº 1657, de 02/10/2007.

3. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

3.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

3.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: **INPC (IBGE).**

Justificativa: Conjuntura Econômica.

3.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**

Justificativa: Conjuntura econômica.

3.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Valor: **2% (dois por cento) ao ano.**

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

3.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: **Fator 0,98.**

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por

cento) ao ano.

3.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- b) Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- d) Tábua representativa da população brasileira.
- e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.
- h) A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência da Tábua Completa de Mortalidade Brasil IBGE 2012, suavizada em 25%, comprovando total adequação ao universo segurado. O estudo está disponível para conhecimento dos participantes, patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

3.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.**

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

3.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese: **Tábua Álvaro Vindas.**

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

4. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O PATRIMÔNIO SOCIAL em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

			Valores em reais
ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
PATRIMÔNIO SOCIAL	45.846.798,18	45.487.595,93	-0,78%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	41.965.417,78	41.394.127,64	-1,36%
Provisões Matemáticas	44.670.325,06	46.413.753,43	3,90%
Benefícios Concedidos	43.371.588,04	44.832.452,11	3,37%
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	43.371.588,04	44.832.452,11	3,37%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	28.317.475,89	28.960.501,62	2,27%
Aposentadoria	28.317.475,89	28.960.501,62	2,27%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	15.054.112,15	15.871.950,49	5,43%
Aposentadoria por Invalidez	5.661.989,07	5.891.727,39	4,06%
Pensão por Morte	9.392.123,08	9.980.223,10	6,26%
Benefícios a Conceder	1.298.737,02	1.581.301,32	21,76%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	1.298.737,02	1.581.301,32	21,76%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.298.737,02	1.581.301,32	21,76%
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	-	-	-
Equilíbrio Técnico	(2.704.907,28)	(5.019.625,79)	85,57%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(2.704.907,28)	(5.019.625,79)	85,57%
Fundos	3.881.380,40	4.093.468,29	5,46%
Fundos Previdenciais	3.803.990,38	4.013.132,09	5,50%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Riscos	3.803.990,38	4.013.132,09	5,50%
Fundos Administrativos	67.298,30	80.300,20	19,32%
Fundos dos Investimentos	10.091,72	36,00	-99,64%

5. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO**5.1. Qualidade da base cadastral**

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

5.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica OUTROS – PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL está constituído o FUNDO PREVIDENCIAL DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS, no valor de R\$ 4.013.132,09.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

5.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido no exercício de 2013 aumentou em 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

5.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

5.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A Entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

5.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

5.7. Outros Fatos Relevantes**5.7.1. Estudo de Aderência das Hipóteses**

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

5.7.2. Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014.

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>		<i>8,52 anos</i>
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,12% a.a.	3,59% a.a.	5,52% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP - CNPB Nº: 1998.0067-19

Patrocinadoras:

- CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
- REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Data-Base do Cadastro: 30/09/2014

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na Demonstração Atuarial (DA 2014).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP foi instituído em 01/01/1999. A última alteração do Regulamento, que facultava a conversão da Renda Mensal Vitalícia em Renda Mensal Financeira aos Assistidos que entraram em gozo de benefício até 26/11/2009, ocasião em que a modalidade de renda financeira foi incluída no Plano de Benefícios, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 379, de 23/07/2014, publicada no DOU nº 140, de 24/07/2014. Encontra-se em análise na SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PREVIC, processo de transferência dos participantes da Patrocinadora REDEPREV do Plano CELPA-OP para o Plano CEMAT-OP, em razão do Processo de Cisão e Transferência do Plano CELPA-OP para a FASCEMAR.

3. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

- 3.1. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

- 3.2. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

3.2.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: **INPC (IBGE).**

Justificativa: Conjuntura Econômica.

3.2.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**

Justificativa: Conjuntura econômica.

3.2.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: **Fator 0,98.**

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

3.2.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**

Justificativa:

- a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- b) Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- d) Tábua representativa da população brasileira.

- e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

4. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

			Valores em Reais
ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio Social	176.273.435,70	179.161.300,87	1,64%
Patrimônio de Cobertura do Plano	165.483.861,15	166.593.099,40	0,67%
Provisões Matemáticas	169.951.645,85	173.641.387,91	2,17%
Benefícios Concedidos	114.640.608,02	126.086.258,22	9,98%
Contribuição Definida	7.919.147,92	53.066.657,87	570,11%
Saldo de Contas dos Assistidos	7.919.147,92	53.066.657,87	570,11%
Benefício Definido	106.721.460,10	73.019.600,35	-31,58%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	106.721.460,10	73.019.600,35	-31,58%
Benefícios a Conceder	55.311.037,83	47.555.129,69	-14,02%
Contribuição Definida	55.311.037,83	47.555.129,69	-14,02%
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	3.157.266,01	3.022.989,44	-4,25%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	52.153.771,82	44.532.140,25	-14,61%
Equilíbrio Técnico	(4.467.784,70)	(7.048.288,51)	57,76%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(4.467.784,70)	(7.048.288,51)	57,76%
Fundos	10.789.574,55	12.568.201,47	16,48%
Fundos Previdenciais	10.198.023,84	11.786.674,11	15,58%
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	4.627.060,59	5.862.854,80	26,71%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	5.570.963,25	5.923.819,31	6,33%
Fundos Administrativos	542.235,31	709.015,28	30,76%
Fundos dos Investimentos	49.315,40	72.512,08	47,04%

5. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

5.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

5.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

5.2.1. O Fundo Previdencial de REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR, no valor de R\$ 5.862.854,80, decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

5.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

5.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido no exercício de 2013 sofreu um acréscimo no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO.

5.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

5.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

5.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

5.7. Outros Fatos Relevantes**5.7.1. Alteração do Regulamento do Plano**

A última alteração do Regulamento facultou a conversão da Renda Mensal Vitalícia em Renda Mensal Financeira aos Assistidos que entraram em gozo de benefício até 26/11/2009, ocasião em que a modalidade de renda financeira foi incluída no Plano de Benefícios, foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 379, de 23/07/2014, publicada no DOU nº 140, de 24/07/2014.

Após campanha de migração, 111 (cento e onze) Assistidos que recebiam o benefício sob a forma de Renda Mensal Vitalícia, passaram a receber sob a forma de Renda Mensal Financeira.

5.7.2. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

5.7.3. Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “*duration*” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	<i>10,05 anos (considerando somente assistidos RMV)</i>	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,16% a.a.	3,61% a.a.	5,56% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I - CNPB Nº: 1986.0004-19

Patrocinadoras:

- **BBPM – Participações S.A.**
- **Caiuá – Distribuição de Energia S.A.**
- **Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS**
- **Cia. Força e Luz do Oeste**
- **Cia. Nacional de Energia Elétrica**
- **Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.**
- **Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.**
- **Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A**
- **Empresa Elétrica Bragantina**
- **Companhia Técnica de Comercialização de Energia**
- **Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.**
- **Rede Power do Brasil S.A.**
- **Tocantins Energética S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2014).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I foi instituído em 01/08/1986, encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos de benefícios, Plano de Benefícios Elétricas-R e o Plano de Benefícios Elétricas-OP.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1658, de 02/10/2007.

3. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

3.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

3.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: **INPC (IBGE).**

Justificativa: Conjuntura Econômica.

3.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**

Justificativa: Conjuntura econômica.

3.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Valor: **2% (dois por cento) ao ano.**

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

3.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOSValor: **Fator 0,98.**

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

3.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE GERALValor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

3.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOSHipótese: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.**

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

3.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZHipótese: **Tábua Álvaro Vindas.**

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

4. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

Valores em Reais

ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIACÃO EM %
PATRIMÔNIO SOCIAL	72.466.214,75	73.587.741,56	1,55%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	65.396.559,03	66.911.222,33	2,32%
Provisões Matemáticas	70.062.593,88	70.723.955,71	0,94%
Benefícios Concedidos	53.967.258,17	57.723.955,71	0,94%
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	53.967.258,17	57.723.955,71	0,94%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	38.314.241,44	39.404.132,45	2,84%
Aposentadoria	38.314.241,44	39.404.132,45	2,84%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	15.653.016,73	18.290.515,70	16,85%
Aposentadoria por Invalidez	1.599.504,13	2.769.287,62	73,13%
Pensão por Morte	14.053.512,60	15.521.228,08	10,44%
Benefícios a Conceder	16.095.335,71	13.029.307,56	-19,05%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	16.095.335,71	13.029.307,56	-19,05%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	16.095.335,71	13.029.307,56	-19,05%
(-)Valor Atual das Contribuições Futuras	0,00	0,00	0,00%
Equilíbrio Técnico	(4.666.034,85)	(3.812.733,38)	-18,29%
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%
(-) Déficit Técnico	(4.666.034,85)	(3.812.733,38)	-18,29%
Fundos	7.069.655,72	6.676.519,23	-5,56%
Fundos Previdenciais	6.898.747,55	6.471.863,50	-6,19%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Riscos	6.898.747,55	6.471.863,50	-6,19%
Fundos Administrativos	170.908,17	203.568,33	19,11%

Fundos dos Investimentos	0,00	1.087,40	0,00%
--------------------------	------	----------	-------

5. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

5.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

5.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo existente em 31/12/2013 foi debitado no mês da ocorrência da morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituído para a garantia do benefício concedido, e debitado ainda pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2014 um saldo de R\$ 6.471.863,50.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

5.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido em 31/12/2013 aumentou no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

5.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

5.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

5.6. Outros Fatos Relevantes

5.6.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

5.6.2. Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	<i>9,43 anos</i>	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,12% a.a.	3,59% a.a.	5,52% a.a.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP - CNPB Nº: 1998.0063-11

Patrocinadoras:

- BBPM – Participações S.A.
- Caiuá – Distribuição de Energia S.A.
- Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS
- Cia. Força e Luz do Oeste
- Cia. Nacional de Energia Elétrica
- Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.
- Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A
- Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A.
- Empresa Elétrica Bragantina
- ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.
- Companhia Técnica de Comercialização de Energia
- Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.
- Rede Power do Brasil S.A.
- REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
- Tocantins Energética S.A.

Data-Base do Cadastro:

30/09/2014

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2014 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2014).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP foi instituído em 01/01/1999.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, através da Portaria 257, de 15/05/2013.

3. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

- 3.1.** As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de premissas ou hipóteses atuariais.

3.2. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

3.2.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: **INPC (IBGE).**

Justificativa: Conjuntura Econômica.

3.2.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**

Justificativa: Conjuntura econômica.

3.2.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: **Fator 0,98.**

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

3.2.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

4. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

			Valores em Reais
ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio Social	128.151.689,09	128.768.241,56	0,48%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	121.905.434,73	121.364.181,33	-0,44%
Provisões Matemáticas	126.375.240,51	127.654.479,32	1,01%
Benefícios Concedidos	52.941.536,17	61.797.287,71	16,73%
Contribuição Definida	13.450.604,83	15.145.192,87	12,60%
Saldo de Contas dos Assistidos	13.450.604,83	15.145.192,87	12,60%
Benefício Definido	39.490.931,34	46.652.094,84	18,13%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	39.490.931,34	46.652.094,84	18,13%
Benefícios a Conceder	73.433.704,34	65.857.191,61	-10,32%
Contribuição Definida	73.433.704,34	65.857.191,61	-10,32%
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadoras	4.493.578,74	4.264.521,08	-5,10%
Saldo de Contas – Parcela Participantes	68.940.125,60	61.592.670,53	-10,66
Equilíbrio Técnico	(4.469.805,78)	(6.290.297,99)	40,73%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(4.469.805,78)	(6.290.297,99)	40,73%
Fundos	6.246.254,36	7.404.060,23	18,54%
Fundos Previdenciais	5.640.386,63	6.588.436,18	16,81%
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	70.628,94	665.898,79	842,81%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	5.569.757,69	5.922.537,39	6,33%
Fundos Administrativos	543.569,02	729.355,41	34,18%

Fundos dos Investimentos	62.298,71	86.268,64	38,48%
--------------------------	-----------	-----------	--------

5. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

5.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

5.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

5.2.1. O Fundo Previdencial de REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR, no valor de R\$ 665.898,79 decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

5.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e dos Pensionistas.

5.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido no exercício de 2013 sofreu um acréscimo no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO.

5.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

5.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

As Patrocinadoras efetuarão contribuições extraordinárias, conforme Contrato de Amortização do Déficit Técnico.

5.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

5.7. Outros Fatos Relevantes

5.7.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

5.7.2. Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “duration” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, referida na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificar-se-á que a taxa real anual de juros utilizada de 5,50% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

Duration	10 anos (considerando somente assistidos RMV)	
	Limite Inferior	Limite Superior
Taxa de Juros Parâmetro		

5,16% a.a.	3,61% a.a.	5,56% a.a.
------------	------------	------------

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2014

Entidade: **REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA**

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS R - CNPB Nº: 2006.0066-65

Patrocinadoras:

- **BBPM – Participações S.A.**
- **CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.**
- **CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.**
- **CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.**
- **Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS**
- **Companhia Força e Luz do Oeste.**
- **Companhia Nacional de Energia Elétrica.**
- **DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.**
- **Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.**
- **Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A.**
- **Empresa Elétrica Bragantina**
- **ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.**
- **Companhia Técnica de Comercialização de Energia**
- **Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.**
- **Rede Power do Brasil S.A.**
- **REDEPREV - Fundação Rede de Previdência**
- **Tocantins Energética S.A.**

Data-Base do Cadastro: **30/09/2014**

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e na DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA 2014).

2. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O PLANO DE BENEFÍCIOS R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Assegura os seguintes benefícios de risco:

- a) Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Suplementação do auxílio-doença;
- c) Suplementação da pensão por morte;
- d) Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocinados.

Anteriormente a fusão dos planos os mesmos eram contabilizados em separado, e a partir da fusão as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 2.031/SPC/DETEC/CGAT, de 10/08/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC nº 2.998, de 10/08/2009.

Em razão da EQUATORIAL ENERGIA S.A., ter assumido o controle acionário da patrocinadora CELPA cujo acionista era a QMRA Participações, e tendo efetuado uma reestruturação de sua política de recursos humanos com o objetivo de centralizar o gerenciamento dos benefícios e gerar ganhos com economias de escala, a mesma formalizou junto a REDEPREV, sua decisão de resolver o Convênio de Adesão firmado com a Entidade, bem como solicitou a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA-OP para a FASCEMAR.

O processo de Rescisão do Convênio de Adesão e o de Cisão e Transferência de Gerenciamento do Plano encontra-se em análise na SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PREVIC, desde 02/09/2014.

3. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2013 não houve alteração de qualquer premissa.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS.

3.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

3.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: **INPC (IBGE).**

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

3.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: **5,5% (cinco e meio por cento).**

Justificativa: Conjuntura econômica.

3.1.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: **Fator 0,98.**

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% ao ano.

3.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.**

Justificativa:

- a) A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- b) Tábua aprovada pelo Decreto Nº 3.266, de 29/11/1999.
- c) Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- d) Tábua representativa da população brasileira.
- e) Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- f) Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- g) A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

3.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: **Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.**

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.4 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

4. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2013 e em 31/12/2014 está composto conforme segue:

			Valores em Reais
ATESTADO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL EM	31/12/2013	31/12/2014	VARIAÇÃO EM %
Patrimônio Social	42.547.183,32	45.876.230,30	7,82%
Patrimônio De Cobertura Do Plano	35.844.931,86	38.822.001,51	8,31%
Provisões Matemáticas	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Benefícios Concedidos	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	40.722.407,72	47.189.561,82	15,88%
Aposentadoria por Invalidez	21.908.261,73	25.429.371,52	16,07%
Pensão por Morte	18.814.145,99	21.760.190,30	15,66%
Benefícios a Conceder	-	-	-
Equilíbrio Técnico	(4.877.475,86)	(8.367.560,31)	71,56%
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	(4.877.475,86)	(8.367.560,31)	71,56%
Fundos	6.702.251,46	7.054.228,79	5,25%
Fundos Previdenciais	5.244.761,56	5.117.749,17	-2,42%
Previsto em NTA – Cobertura de Oscilação de Risco	5.244.761,56	5.117.749,17	-2,42%
Fundos Administrativos	1.452.665,94	1.929.804,40	32,85%
Fundos dos Investimentos	4.823,96	6.675,22	38,38%

5. DO PARECER ATUARIAL DO PLANO

5.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

5.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído FUNDO PREVIDENCIAL DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCOS.

O saldo existente em 31/12/2013 foi debitado no mês da ocorrência da invalidez e/ou morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituído para a garantia do benefício concedido, e debitado ainda pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2014 um saldo de R\$ 5.117.749,17.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

5.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário surgido em 31/12/2013, em razão da alteração da Taxa Real Anual de Juros de 5,75% para 5,5% sofreu um acréscimo no exercício de 2014, em decorrência da rentabilidade dos ativos não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

5.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

5.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

Nos exercícios de 2013 e 2014, o plano de benefícios apresentou Déficit Técnico correspondente a 11,98% e 17,73%, respectivamente, das Provisões Matemáticas.

Em razão do Processo de “*Cisão parcial do Plano R – CNPB nº 2006.0066-65 e transferência de Gerenciamento do Plano Cindido, Aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA-R e Aprovação do Convênio de Adesão*”, a Entidade apresentou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico.

5.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

5.7. Outros Fatos Relevantes

5.7.1. Estudo de Aderência das Hipóteses

A Entidade promoveu estudo técnico sobre a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que comprova a adequação e aderência. O estudo em atendimento à Instrução 7, de 12/12/2013, está disponível para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

5.7.2. Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014

A Entidade não adotou as Resoluções CNPC N^{os} 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, para o exercício de 2014, porém, se compararmos a “*duration*” do passivo, com a Taxa de Juros Parâmetro e seus limites, dispostas na Portaria nº 615, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios para definição da Taxa de Juros Parâmetro, para o exercício de 2014, verificamos que a taxa real anual de juros utilizada de 5,5% nesta avaliação atuarial, está entre as taxas máxima e mínima permitidas, conforme abaixo, e provavelmente, não impactará na situação econômica e financeira do plano de benefícios.

<i>Duration</i>	11,47 anos	
Taxa de Juros Parâmetro	Limite Inferior	Limite Superior
5,20% a.a.	3,64% a.a.	5,60% a.a.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Silvana Egea Paulim
Atuário MIBA 1016

Magda Tsuê Massimoto Ardisson
Atuário MIBA 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S.S. LTDA.

13. PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

REALIZADA EM 26/03/2015

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 08:30h, na sede social da RedePrev, na cidade de Bragança Paulista – SP, na Rua Teixeira, 467, Bairro Taboão, realizou-se a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Carolina Andrade Cassim – Presidente do Conselho, Daniel Machado e Antônio César Incrocci, além da presença dos membros da Diretoria Executiva da REDEPREV, dos Auditores Independentes, do Sr. João Bosco Contador da RedePrev e da Sra. Magda Tsuê Massimoto Ardisson Atuária da RedePrev, tendo por objeto a seguinte pauta: 1) Aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014; 2) Aprovação da Avaliação Atuarial e do Plano Anual de Custeio período 01/04/2015 a 30/03/2016; 3) Discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios.

Dando início   reunião, assumiu a Presidência da reunião do Conselho Fiscal, a Sra. Carolina Andrade Cassim, que agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Daniel Machado, para secretariá-la.

Em seguida, a Sra. Carolina Cassim, leu a pauta do dia, passando a palavra ao Auditor Independente Sr. Ismael Nicomédio, da empresa BDO RCS, que teceu seus comentários a respeito dos trabalhos realizados sobre a auditoria de balanço e demonstrações dos fluxos financeiros do exercício findo 2014, destacando a revisão das Atas de reuniões dos órgãos estatutários da entidade, os procedimentos adotados com relação   circularização, flutuações dos saldos financeiros, análise de eventos subsequentes e revisão das demonstrações contábeis. A conclusão da análise da auditoria foi positiva não existindo nenhuma ressalva ao Balanço e Notas Explicativas do exercício de 2014.  nico aspecto que mereceu destaque no parecer dos auditores independentes foi com relação a continuidade da Fundação após as mudanças no controle acionário do Grupo Rede Energia. Após as explicações do auditor independente, os senhores Conselheiros, decidiram aprovar:

- 1) O Balanço Patrimonial, Demonstr  o da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstr  o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstr  o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014;

Em seguida de posse da palavra a Sra. Carolina Cassim passou a palavra a Sra. Magda Tsu , que teceu seus comentários sobre a avaliação atuarial e o plano anual de custeio. Após as explicações da atuária, os senhores Conselheiros, decidiram aprovar:

- 2) A Avaliação Atuarial e o Plano Anual de Custeio para o período 01/04/2015 a 30/03/2016.

Em seguida, o Conselho passou para o terceiro item da pauta, discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios.

Em seguida o Conselho Fiscal aprovou o critério de rateio das despesas administrativas de investimentos passando de número de participantes para recursos garantidores a partir de abril.

O Conselheiro César Incrocci sugeriu que o contrato para equacionamento do déficit fosse contabilizado no ativo do Plano. Os demais Conselheiros deliberaram pelo registro do contrato no passivo de d vida atuarial.

Após a assinatura do parecer, a Diretoria Executiva informou aos membros do conselho fiscal os motivos da existência do Déficit Técnico dos Planos Cemat BD-I, Cemat-OP, Elétricas BD-I, Elétricas-OP e Plano-R e esclareceu que a Diretoria fará monitoramento dessa insuficiência durante o exercício de 2015.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da reunião do Conselho Fiscal ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2015.

Presidente do Conselho: Carolina Andrade Cassim

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

- Daniel Machado
- Antônio César Incrocci
- Carolina Andrade Cassim

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência, abaixo assinados, no pleno exercício das atribuições que lhes confere o artigo 45, do Estatuto Social da entidade, em atendimento à Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2014, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em conformidade com o item 17, letra 'j', aprovam o Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício de 2014, consubstanciada pelo Parecer do ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, responsável pelos Planos de Benefícios, bem como pelo Relatório dos Auditores Independentes da empresa “BDO RCS Auditores Independentes SS”, recomendam sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, na forma do disposto no artigo 26, inciso XI do Estatuto Social.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2015.

Presidente do Conselho: Carolina Andrade Cassim

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

- Daniel Machado
- Antônio César Incrocci
- Carolina Andrade Cassim

14. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Referência: Demonstrações contábeis 2014.

Em atendimento à Resolução, CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2014, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, este Conselho reunido em 26 de março de 2015, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2014 e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1. Das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014.

- a) Em conformidade com o Anexo “B” e “C”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.
- b) Notas Explicativas em conformidade da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011.
- c) Aprovada pela Diretoria Executiva.

2. Dos Pareceres: Atuarial e Auditor Independente

- a) Parecer Atuarial em conformidade com o item 17, letra “i”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pelo ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial.
- b) Relatório do Auditor Independente em conformidade com o item 17, letra “h”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pela BDO RCS Associados Auditoria, Consultoria e Contabilidade.

3. Comentários do Conselho Fiscal.

- a) Evolução do Patrimônio da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- b) Evolução do Resultado da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- c) Evolução do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) consolidado e dos Planos de Benefícios.
- d) Evolução dos Recursos Coletados (contribuições) e Recursos Utilizados (benefícios), consolidado e dos Planos de Benefícios.
- e) Evolução do resultado do Programa de Investimentos.
- f) Evolução do custeio administrativo, limites transferidos, despesas administrativas e do fundo administrativo.
- g) Existência de Déficit Técnico nos Planos Cemat BD-I, Cemat-OP, Elétricas BD-I, Elétricas-OP e Plano-R.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2015.

Presidente do Conselho: Carolina Andrade Cassim

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

- Daniel Machado
- Antônio César Incrocci
- Carolina Andrade Cassim

15. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2015

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às 10h30min, na sede social da RedePrev, na cidade de Bragança Paulista/SP, na Rua Teixeira, 467, Bairro Taboão, realizou-se a 24ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Moisés Carlos Tozze, Filipe Diniz Lima Sotero, Arlindo Antônio Napolitano, Kelly Patricia de Souza e Janmerson Abreu de Sousa. Presentes ainda a reunião, a Diretoria Executiva, o Dr. Marco Antonio Cavezzale Curia – Advogado e Assessor Jurídico da RedePrev, a Dra. Magda Tsuê Massimoto Ardisson Atuária da RedePrev, o Sr. Ismael Nicomédio dos Santos representante da Empresa de Auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS, tendo por objeto a seguinte pauta: **1)** Aprovação do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultados, das Demonstrações dos Fluxos Financeiros, das Notas Explicativas, do Relatório Anual da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2014 e do Parecer dos Auditores Independentes, inciso XI do art. 26 do Estatuto Social. **2)** Aprovação da Avaliação Atuarial e do Plano Anual de Custeio período 01/04/2015 a 30/03/2016, inciso IV do art. 26 do Estatuto Social. **3)** Discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios. **4)** Ciência do Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal em 27/02/2015, acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios à legislação em vigor e a Política de Investimentos e da aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV - período 2º semestre de 2014, art. 19 da Res. CGPC nº 13/2004.

Foi registrada a justificada ausência do conselheiro Sr. Milton Henriques de Carvalho Filho – Presidente do Conselho Deliberativo da RedePrev. Dando início à reunião, assumiu a Presidência do Conselho Deliberativo, o

Sr. Moisés Carlos Tozze, que agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Arlindo Antônio Napolitano, para secretariá-lo.

Debatido os assuntos objeto da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade dos presentes decidiram:

1) Aprovação do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultados, das Demonstrações dos Fluxos Financeiros, das Notas Explicativas, do Relatório Anual da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2014 e do Parecer dos Auditores Independentes, inciso XI do art. 26 do Estatuto Social. Pela aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014, após apresentação do Auditor Externo Sr. Ismael Nicomédio dos Santos representante da Empresa de Auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS.

2) Aprovação da Avaliação Atuarial e do Plano Anual de Custeio período 01/04/2015 a 30/03/2016, inciso IV do art. 26 do Estatuto Social. O Conselho aprovou o Plano Anual de Custeio para o período de 01/04/2015 a 30/03/2016, após apresentação da atuária Sra. Magda Tsuê da empresa ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial. O Plano é parte integrante desta Ata. O Conselho aprovou a reversão do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regularizar do Plano Cemat OP para cobrir o déficit técnico, conforme Art. 73 do Regulamento do Plano Cemat OP.

3) Discussão sobre o critério de rateio do custeio administrativo dos investimentos nos planos de benefícios. Aprovou alteração do critério de rateio das despesas administrativas de investimentos passando de número de participantes para recursos garantidores a partir de abril.

4) Ciência do Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal em 27/02/2015, acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios à legislação em vigor e a Política de Investimentos e da aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV - período 2º semestre de 2014, art. 19 da Res. CGPC nº 13/2004. Foi entregue a todos os presentes uma cópia Relatório de Controles Internos, emitido pelo Conselho Fiscal em 27/02/2015.

Outros Assuntos:

5) Deliberação sobre a venda das ações da Rede Energia – REDE 3. Com a palavra o Sr. André Bolonha lembrou que o conselho em sua última reunião decidiu não se manifestar sobre a venda das ações da Rede Energia, pedindo para aguardar outra oportunidade para analisar a questão. A Diretoria Executiva contratou o Consultor Financeiro

Sr. Everaldo França da PPS Portfólio Performance para apresentar um relatório econômico financeiro sobre as perspectivas do referido ativo. Em seguida o senhor Everaldo França teceu comentários sobre a análise realizada.

6- Imóveis da Av. Paulista, o Conselho Deliberativo aprovou a locação dos imóveis da Av. Paulista pelo valor de mercado.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, juntamente com seus anexos, foi devidamente assinada pelos presentes.

Bragança Paulista/SP, 26 de março de 2015.

Conselheiros presentes:

Presidente: Moisés Carlos Tozze

Secretário: Arlindo Antônio Napolitano

Conselheiros Membros Efetivos:

- Moisés Carlos Tozze
- Arlindo Antônio Napolitano
- Filipe Diniz Lima Sotero
- Kelly Patricia de Souza
- Janmerson Abreu de Sousa

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho Deliberativo

Milton Henriques de Carvalho Filho – Representando Patrocinador Fundador CEMAT –
Presidente

Kelly Patrícia de Souza – Representando Patrocinador Fundador REDE ENERGIA

Filipe Diniz Lima Sotero – Representando Patrocinador Fundador CELPA

Moisés Carlos Tozze – Representando demais Patrocinadores Conveniados – Vice-Presidente

Janmerson Abreu de Sousa – Representando os Participantes

Arlindo Antônio Napolitano – Representando os Assistidos

Conselho Fiscal

Carolina Andrade Cassim – Representando Patrocinadores Fundadores – Presidente

Daniel Machado – Representando demais Patrocinadores Conveniados

Antônio César Incrocci – Representando os Assistidos

Diretoria Executiva

André Bolonha Fiuza de Mello – Diretor Presidente

Mauro Chaves de Almeida – Diretor Vice-Presidente

Luciana Ribeiro Malhado – Diretoria de Benefícios

André Bolonha Fiuza de Mello – Diretor Financeiro

Comitê Consultivo dos Planos Elétricas, Cemat e Risco

André Bolonha Fiuza de Mello – Representando Diretoria da RedePrev

Cláudio Brandão Silveira – Representando Patrocinadores dos Planos

Jordanno Brunno Nicoletta dos Santos – Representando Patrocinadores dos Planos

EQUIPE DE COLABORADORES

SEDE - BRAGANÇA PAULISTA – SP

ASSESSORIA TI

Allyrio Sleiman Ali Zeitoun

SECRETÁRIA

Lucy Mara de Paula Kikuchi

SETOR DE CONTABILIDADE

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Luiz Carlos Gonçalves

Luciane Aparecida Lopes de Moraes

SETOR FINANCEIRO

André Luis de Melo

Mauro Martins

Luciana Campos Moreira Pinto

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Vânia Gomes Barboza

Fernanda Roberta de Araujo Marcatto

SETOR DE BENEFÍCIOS

Edílson Henrique Ercolini

Bruna Vassoler Ferreira

Wagner Pereira

ESCRITÓRIO – BELÉM/PA

Peter Barbosa Foro

ESCRITÓRIO – CUIABÁ/MT

Carolina Souza Leite

Anita Teodoro de Oliveira Moraes

ESCRITÓRIO – PALMAS/TO

Rosana da Conceição Henderson Gordo

**RELATÓRIO
ANUAL
2014**

(11) 4481-9600

www.fundacaoredeprev.com.br

faleconosco@fundacaoredeprev.com.br

RedePrev